

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Uma pergunta da Presidente

Mas será que vamos permitir ser todos vítimas da obsessão de um homem?



Destaques:

Sócrates “está a ultrapassar os limites daquilo que é a seriedade na política e na luta política”

Pag. 2 e seguintes

Governo “falhou clamorosamente numa estratégia de esconder a crise”

Em “Actividades do PSD”

É errado pensar que não se ganha eleições com posicionamentos diferentes dos que são propugnados pela comunicação social. Desde Sá Carneiro, há exemplos disso.

“Artigo de Opinião” de Alberto João Jardim



Sócrates “está a ultrapassar os limites daquilo que é a seriedade na política e na luta política”

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, mostrou-se preocupada com os casos de corrupção no país e anunciou que o partido vai “novamente” avançar no Parlamento com uma proposta que conduza à criminalização do enriquecimento ilícito.

“Vamos fazê-lo porque temos de dar um sinal muito forte à sociedade portuguesa de que não é tolerável o aproveitamento de funções públicas em proveito próprio. Nós respeitamos os direitos e a liberdade de todos, mas não transigimos com a indignidade”, disse.

De acordo com Manuela Ferreira Leite, a corrupção está a “minar” a economia e a democracia e, por isso, é um combate que terá de ser travado com medidas, se necessário, “polémicas e de ruptura”.

“O Estado não está a fazer tudo o que devia para que a sociedade ganhe este combate. Não é com discursos ou proclamações de intenções que vamos conseguir ultrapassar esta situação. É com coragem para tomar medidas polémicas, medidas de ruptura se necessário, mas medidas efectivas”, sublinhou.

A líder do PSD, que falava durante um jantar-comício em Castelo de Vide (Portalegre), considerou também que a justiça portuguesa atravessa actualmente uma fase “complexa”.

“Já não bastava que nos últimos anos não lhe tivesse sido dada prioridade política, para agora ainda por cima o engenheiro Sócrates acrescentar a este facto o ataque e uma intencional desqualificação dos agentes deste sector”, criticou.

O endividamento externo e, acima de tudo, os investimentos públicos marcaram também presença no discurso de Manuela Ferreira Leite que voltou a criticar as iniciativas do Governo considerando-as “megalómanas”.

“Será que nós vamos permitir ser todos vítimas da obsessão de um homem (José Sócrates)”, questionou.

“Todos juntos vamos ter que o impedir e até porque estamos a seis meses de eleições e, por isso, o Governo não tem legitimidade de envolver os portugueses numa aventura que ninguém sabe como vai acabar”, alertou.

No Alentejo, a líder do PSD criticou também as políticas agrícolas levadas a cabo pelo ministro da tutela, Jaime Silva.

“A acção do Governo do PS tem sido praticada por um dos ministros que mais se esforça por exercer o poder à semelhança do engenheiro Sócrates. Hostiliza tudo e todos, sem diálogo, humilhando os agricultores, retaliando sobre as organizações que o criticam e governando essencialmente para os jornais”, declarou.

De acordo Manuela Ferreira Leite, ao fim de três anos e meio de Governo, ninguém consegue identificar “uma única” acção positiva no sector da agricultura.

Por isso, “o PSD não aceita o tratamento que o Governo tem dado aos muitos milhares de agricultores de norte



a sul do país”, concluiu. - Lusa

Texto integral da intervenção

Caros Amigos e Companheiros, agradeço a forma como estou a ser recebida neste Distrito, com todo este calor humano que sinto aqui, nesta sala.

Sinto-me em casa.

Eu sei que as gentes de Castelo de Vide, de todo o distrito de Portalegre, são pessoas calorosas e pessoas de grandes princípios e de valores.

Calorosas no trato e no acolhimento, e de princípios quanto ao caminho a seguir para resolver os seus problemas e realizar as suas legítimas ambições. Por isso, se identificam tanto com o PSD.

É que, para nós, o mais importante são as pessoas e os seus valores. São os seus problemas que nos preocupam. É para elas, que queremos transformar Portugal.

É esse exemplo que tem marcado o trabalho, excelente, dos autarcas Sociais-Democratas neste Distrito.

Caros Companheiros e Amigos, Portugal vive hoje tempos difíceis, tempos muito exigentes.

É o Estado a que o País chegou, após este longo período de governação socialista.

Efectivamente, nos últimos catorze anos, os socialistas governaram onze. E os resultados estão à vista.

A situação em que o País se encontra não é resultado da crise internacional, como se quer fazer crer.

Ela só veio tornar indisfarçável a crise que já cá estava instalada.

O desânimo em que o País se encontra é fruto de políticas erradas e de muita incompetência.

É uma incompetência que se alastra a muitos sectores.

Mas que é especialmente gritante, eu diria revoltante, no caso da agricultura.

Centenas de milhares de agricultores, do Norte ao Sul de Portugal, foram privados dos recursos a que têm direito.

Ao longo destes quatro anos o Governo não só desperdiçou irresponsavelmente os recursos europeus postos à disposição dos agricultores Portugueses, como se entreteve a destruir, sem critério, a capacidade da nossa Administração para absorver os apoios da política agrícola comum.

Por razões de interesse partidário, provavelmente para concentrar para mais perto das eleições a entrada de Fundos Comunitários, tem-se prejudicado o País de forma inaceitável, na medida em que ainda quase não entraram contribuições das que temos direito neste novo Quadro Comunitário.

Podem alguns imaginar que a culpa é da burocracia de Bruxelas, quando se trata de oportunismo e ineficácia dos nossos responsáveis.

Depois de três anos e meio de Governo, ninguém consegue identificar uma única acção positiva no sector agrícola

Quanto à política agrícola, a acção do Governo do Partido Socialista tem sido praticada por um dos Ministros que mais se esforça por exercer o poder à semelhança do Engº Sócrates, isto é, hostilizando tudo e todos, sem diálogo, humilhando os agricultores, retaliando sobre as organizações que o criticam e governando essencialmente para os jornais.

Depois de três anos e meio de Governo, ninguém consegue identificar uma única acção positiva no sector.

O PSD não aceita o tratamento que este Governo tem dado aos muitos milhares de agricultores de Norte a Sul do País.

Mas não admira que este Governo despreze a agricultura e os agricultores, porque aquilo em que está verdadeiramente interessado é nas iniciativas que dêem nas vistas, que constituam espectáculo, que tenham efeitos mediáticos.

Aquilo que verdadeiramente o motiva são os grandes projectos megalómanos, para os quais, hoje, não tem dinheiro para pagar, mas que alguém virá a pagar no futuro.

O País está com um nível de endividamento externo insuportável, mas o Governo vai irresponsavelmente tomando medidas que o agravam cada vez mais e que conduzem o País para um cenário sem expectativas de crescimento.

Isto é especialmente preocupante para os jovens porque são eles que virão a pagar, no futuro, as facturas dos desvarios deste Governo socialista.



E não se tente fazer crer que o PSD está contra os investimentos públicos.

O PSD é a favor do investimento público de proximidade que ajude ao crescimento do País, que ajuda as pessoas.

Mas o PSD é contra o investimento público que empobrece o País e por isso combate iniciativas megalómanas que não consegue pagar.

Mas, caros Amigos, mesmo aqueles que defendem estas obras, percebem que neste momento de crise é totalmente inoportuno, eu direi mesmo dramático que se avance com estas despesas que ninguém sabe como virão a ser pagas.

E até quando é que terão de ser pagas...

Pois bem, apesar de tudo isto, apesar de se saber que o crédito é pouco e se for canalizado para estes investimentos, falará para as empresas, o Governo impôs a sua vontade e abriu o concurso público internacional para executar uma parte do TGV que inclui várias infra estruturas e ainda a Terceira Travessia do Tejo.

Mas será que vamos permitir ser todos vítimas da obsessão de um homem?

Isto é, não ligou nenhuma a quem aconselha ponderação e prudência, antes de tomar decisões tão gravosas para o País.

Como não há nenhuma voz credível a defender tais decisões, quer dizer que o Eng. Sócrates se acha no direito de impor a sua vontade, contra tudo e contra todos, a despeito dos efeitos negativos que isto tem para hoje e para o futuro.

Mas será que vamos permitir ser todos vítimas da obsessão de um homem?

Todos juntos vamos ter de o impedir, até porque estamos a seis meses de eleições, e por isso, o Governo não tem legitimidade para envolver os Portugueses numa aventura que ninguém sabe como vai acabar.

Caros Amigos e Companheiros, a justiça atravessa hoje, em Portugal, uma fase muitíssimo complexa.

Já não bastava que nos últimos anos não lhe tivesse sido dada prioridade política, e ainda agora o Eng. Sócrates acrescentou o ataque e uma intencional desqualificação dos agentes do sector.

A enorme incomodidade e revolta dos magistrados, soma-se o descrédito dos cidadãos face ao funcionamento da justiça.

A Justiça, que é um pilar essencial do Estado de direito.

Do seu bom funcionamento dependem as nossas liberdades e muito do nosso bem-estar.

Nada disso parece preocupar este Governo.

Nem a perplexidade, nem a desconfiança crescente que atravessa a sociedade.

Este clima de descrença, de erosão de valores e de perda da autoridade, não é aceitável.

Não podemos deixar alimentar o sentimento de que o crime compensa.

Como não podemos continuar de braços caídos no combate à corrupção.

A corrupção mina a economia. Uma economia saudável precisa de regras claras e simples, que todos conheçam.

Mas a corrupção também mina a democracia. É mesmo um dos flagelos

que mais afasta as pessoas do ideal democrático e de uma convivência responsável e sadia.

É um combate que devemos travar em nome da dimensão ética da democracia.

E é cada vez mais claro que o Estado não está a fazer tudo o que devia para que a sociedade ganhe este combate.

E não é com discursos ou proclamação de intenções que o vamos conseguir.

É com coragem para tomar medidas polémicas, medidas de ruptura se necessário, mas medidas efectivas.

Precisamos agir!

Precisamos inverter o actual sentimento de impunidade.

Precisamos de instrumentos que permitam perseguir os infractores e punir os culpados.

Por isso, o PSD vai avançar, novamente, com a sua proposta de criminalizar o enriquecimento ilícito.

Porque temos de dar um sinal muito forte, de que não é tolerável o aproveitamento de funções públicas em proveito próprio.

Nós respeitamos os direitos e a liberdade de todos.

Mas não transigimos com a indignidade.

Um Governo incompetente, que se mostra desnorteado e sem convicção quanto ao que fazer para ultrapassar a crise

Caros Companheiros e Amigos, chegou a hora da verdade.

A hora de o Governo ser confrontado com as suas responsabilidades.

Um Governo arrogante, que não soube aproveitar os anos de boa conjuntura internacional e fez o País andar para trás.

Um Governo incompetente, que se mostra desnorteado e sem convicção quanto ao que fazer para ultrapassar a crise.

Chegou a hora de verdadeiramente es-

colhermos se aceitamos como fatalidade o empobrecimento para que nos empurram as políticas socialistas. De decidir se aceitamos continuar esta política de engano e de ilusão.

Eu acredito que não estamos condenados a empobrecer.

Acredito que há outra forma de estar e fazer política.

Com verdade. Com seriedade. Com dignidade. Com convicção.

Com a formulação de propostas políticas que tenham efeito no imediato, e ataquem a crise que alastra dia a dia.

Com uma visão de futuro para o médio e longo prazo, corrigindo erros e escolhendo novos caminhos.

Não é preciso ser adivinho, nem ter conhecimentos técnicos especiais, para perceber que insistir na mesma receita nos conduzirá, irremediavelmente, aos mesmos resultados.

Não é com mais política espectáculo, com a aposta obsessiva na propaganda e na imagem que se resolvem os problemas nacionais.

Temos a obrigação, como País, de interromper esta política de fantasia e despertar para a realidade.

É essa a nossa responsabilidade. Somos nós, essa alternativa.

Uma alternativa que defende as liberdades, que investe na dignidade das pessoas.

Que acredita numa economia dinâmica e competitiva, num País coeso e solidário, com um investimento equilibrado entre o litoral e o interior.

Com Portugueses preparados para enfrentar e vencer os desafios que temos pela frente.

É precisamente nestes momentos que todos somos precisos.

É simplesmente nestes momentos que Portugal se habituou a contar com o PSD, com a nossa disponibilidade para servir com a nossa seriedade com a nossa cultura de verdade na política.

Só nós temos capacidade de dar a volta ao fracasso da governação socialista.

É por isso que estamos aqui, para responder afirmativamente a essa esperança. - (Gab. Pres.)

Cabeça de Lista do PSD às Europeias

O cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias só deverá ser anunciado depois da Páscoa, disse à agência Lusa fonte social-democrata, adiantando que esta semana a presidente do PSD tem uma agenda preenchida.

Na quinta-feira a seguir à Páscoa, dia 16 de Abril, Manuela Ferreira Leite estará em Aveiro, em mais uma sessão do "Fórum Portugal de Verdade", na sexta-feira, dia 17, estará num comício em Castelo Branco e no sábado, dia 18, discursará num outro comício, na Guarda.

Antes, na terça-feira dessa semana, dia 14 de Abril, haverá reuniões da Comissão Permanente e da Comissão Política Nacional do PSD.

Formalmente, de acordo com os Estatutos do PSD, compete à Comissão Política Nacional social-democrata apresentar ao Conselho Nacional as propostas de listas de candidatura ao Parlamento Europeu e compete ao Conselho Nacional do partido aprová-las.

Na quarta-feira, em resposta a um pedido de informação da agência Lusa, o presidente da Mesa do Conselho Nacional do PSD, Rui Machete, fez saber que "ainda não existe data marcada" para a reunião do Conselho Nacional que aprovará a lista do partido às eleições europeias de 07 de Junho.

De acordo com o mapa cronológico divulgado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), os partidos políticos têm de entregar as listas de candidatos às eleições para o Parlamento Europeu até ao dia 27 de Abril no Tribunal Constitucional.





No dia 15 de Março, em Paris, questionada sobre o assunto, a presidente do PSD disse já saber quem quer para cabeça-de-lista do seu partido às eleições europeias, mas remeteu o anúncio para um momento posterior.

“Sei com certeza”, disse Manuela Ferreira Leite na ocasião. “Com certeza que tenho ideias firmes acerca dessa matéria”, reforçou.

Na quinta-feira à tarde, interrogada sobre o momento em que vai anunciar o cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, Manuela Ferreira Leite respondeu que o momento foi “previamente determinado e ainda não está atingido”.

O PSD concorreu coligado com o CDS-PP às últimas eleições europeias, de 13 de Junho de 2004, com uma lista encabeçada por João de Deus Pinheiro, que elegeu 9 dos 24 eurodeputados portugueses, ficando atrás do PS, que elegeu 12 eurodeputados. A coligação PCP/PEV elegeu dois eurodeputados e o BE um.

Nas eleições anteriores, de 13 de Junho de 1999, o PSD concorreu sozinho, tendo Pacheco Pereira como cabeça-de-lista, e elegeu 9 eurodeputados, enquanto o PS elegeu 12, a coligação PCP/PEV dois e o CDS-PP outros dois, num total de 25 eurodeputados.

Fórum “Portugal de Verdade” em Lisboa

O economista João César das Neves apontou na quinta-feira à noite o aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) efectuado na actual legislatura como “talvez o ataque mais bárbaro recente à pobreza” em Portugal.

Numa intervenção durante uma sessão do “Fórum Portugal de Verdade”, iniciativa do PSD destinada a ouvir opiniões e soluções políticas alternativas, César das Neves apontou também o novo regime jurídico do divórcio e a criação do Rendimento Mínimo Garantido como medidas que prejudicaram o combate à pobreza.

“Como economista, o aumento brutal

do SMN é talvez o ataque mais bárbaro recente à pobreza”, declarou César das Neves, referindo que houve “um aumento real de oito por cento nesta legislatura”, depois de anos com “uma ligeiríssima taxa de crescimento”.

“Não custa um tostão ao Estado. Quem paga são as empresas, são as pessoas, são os pobres, normalmente - os pobres que empregam outros pobres”, prosseguiu o economista.

Segundo César das Neves, devido a esse aumento, muitos trabalhadores “deixaram de receber o SMN e deixaram de ter os outros direitos” porque as empresas para as quais trabalham tiveram de “passar para a clandestinidade”.

O economista invocou ainda que “quem compra os produtos produzidos pelas pessoas que recebem o SMN são pobres” e que esses consumidores, em

resultado do aumento recente, passaram a pagar preços mais elevados.

“Isto é de quem não percebe nada do que está a fazer”, rematou.

Antes, César das Neves criticou o novo regime jurídico do divórcio, sustentando que “os pobres mais recentes em Portugal foram todos criados por esta lei”, que, na sua opinião, “está a criar fragilidades enormes nas pessoas mais frágeis: nos idosos, nas mulheres, nas crianças”.

Em seguida, o professor universitário criticou a criação do Rendimento Mínimo Garantido, defendendo que a nova prestação prometia “acabar com a pobreza de caridade”, mas o que fez foi “acabar com a caridade” e com isso “criar problemas ainda maiores”.

“É evidente que se aquilo está garantido já ninguém tem razão para ajudar os

pobres”, argumentou César das Neves. “Nacionalizou as esmolas”, criticou.

Outro orador convidado pelo PSD para a sessão do “Fórum Portugal de Verdade”, que teve como tema “Velhos e novos pobres: Solidariedade a quem precisa”, foi o presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos.

Manuel Lemos considerou que as “dezenas de formulários” a preencher por quem quer ter acesso aos apoios públicos são um obstáculo no combate à pobreza e propôs que seja adoptado “um qualquer simplex social”.

Por outro lado, referiu os baixos salários como causadores de exclusão social, dizendo que há quem receba “salários abaixo o limiar da pobreza”, casos em que se torna “preferível não ter emprego” apesar da “auto-estima que ele gera”.

A terceira oradora da sessão, moderada pela ex-ministra da Saúde Leonor Beleza, foi a ex-dirigente do CDS-PP Maria José Nogueira Pinto, que criticou igualmente a “burocracia” no acesso às prestações sociais e destacou a influência do espaço urbanístico na “reprodução geracional da pobreza”.

No final das intervenções e de um período de debate o vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar Branco fez questão de afirmar que “foram ditas algumas coisas em que o partido não se revê”, e salientou o facto de o PSD permitir aos oradores “falarem com liberdade”, sem lhes pôr condições: .

Aguiar Branco assinalou também como positivo o facto de Manuela Ferreira Leite não intervir na sessão e apenas ouvir as intervenções.

“É a liderança que ouve”, declarou, reclamando que a presidente do PSD tem outra “verdadeira qualidade de liderança: saber antecipar aquilo que vai acontecer”, tendo alertado desde que foi eleita para “os novos pobres”.

Sócrates “está a ultrapassar os limites daquilo que é a seriedade na política e na luta política”





A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, afirmou quinta-feira à noite que o primeiro-ministro, José Sócrates, “está a ultrapassar os limites daquilo que é a seriedade na política e a luta política”.

A afirmação de Manuela Ferreira Leite foi feita em resposta aos jornalistas, que a questionaram sobre a intervenção do primeiro-ministro nas jornadas parlamentares do PS, em que atribuiu ao PSD uma posição favorável à privatização da Segurança Social.

“O engenheiro Sócrates sabe que está a faltar à verdade. Nunca o PSD fez semelhante proposta. O engenheiro Sócrates sabe que isso não é verdade”, reagiu a presidente do PSD, no final de mais uma sessão do “Fórum Portugal de Verdade”, que se realizou num hotel de Lisboa.

A presidente do PSD adiantou que o seu partido “nunca defendeu nem defenderá porque não tem sentido sequer essa ideia” de privatizar a Segurança Social.

“Há limites na política. O engenheiro Sócrates está a ultrapassar os limites daquilo que é a seriedade na política e a luta política”, afirmou.

Segundo Manuela Ferreira Leite, “garantir algo que não é verdade é coisa que de resto não é nova” por parte do primeiro-ministro “porque se há coisa que o engenheiro Sócrates saiba fazer com toda a frequência é exactamente dizer coisas que não correspondem àquilo que é a verdade”.

Manuela Ferreira Leite insistiu que não existe “nenhuma situação em que o PSD algum dia tenha defendido” a privatização da Segurança Social.

Na terça-feira, durante a intervenção com que encerrou as jornadas parlamentares do PS, em Guimarães, o primeiro-ministro e secretário-geral socialista pediu que se pensasse “no que teria acontecido se Portugal tivesse seguido a proposta do PSD de privatizar parcialmente a segurança social, colocando-se de forma obrigatória as contribuições dos portugueses na bolsa de valores de Lisboa”, proposta essa que nunca existiu na forma, conteúdo e sentido que Sócrates lhe emprestou.

Crítica ao Presidente da Câmara de Braga pela nomeação de Névoa para a Braval

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, criticou na semana passada,



o presidente da Câmara Municipal de Braga, o socialista Mesquita Machado, pela eleição de Domingos Névoa para a presidência da empresa intermunicipal Braval.

No final de uma visita a um centro comunitário na freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, Manuela Ferreira Leite foi questionada pela comunicação social sobre a eleição do empresário da Bragaparc Domingos Névoa, que em Fevereiro foi condenado por corrupção, para presidente da administração da Braval.

“Reajo criticando veementemente o presidente da Câmara Municipal de Braga, que é o accionista maioritário da empresa e em relação ao qual os nossos vereadores na câmara já reagiram”, declarou a presidente do PSD.

Interrogada sobre o facto de Domingos Névoa ter sido eleito presidente da Braval por unanimidade, Manuela Ferreira Leite respondeu que essa unanimidade se registou “dentro daquilo que são as decisões da administração, mas não em relação àquilo que é a posição dos partidos na decisão que foi tomada”.

A empresa intermunicipal Braval trata os resíduos sólidos dos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amaral, Vila Verde e Terras de Bouro.

Domingos Névoa foi condenado no dia 23 de Fevereiro deste ano a pagar uma multa de 5.000 euros pelo crime de corrupção activa para acto lícito, numa acção denunciada pelo vereador da Câmara Municipal de Lisboa eleito pelo BE José Sá Fernandes.

Numa carta aberta dirigida à presidente do PSD, ao secretário-geral do PS e ao presidente do CDS-PP publicada hoje no jornal Diário de Notícias, José Sá Fernandes reclama dos três líderes partidários “que tenham, ao menos, uma firme posição de repúdio por esta eleição”, referindo que os municípios que integram a Braval são governados por maiorias dos seus partidos.

O BE anunciou que vai entregar uma petição às seis câmaras municipais que integram a Braval para que destituam Domingos Névoa do cargo de presidente da empresa.

Os jornalistas foram informados de

que Manuela Ferreira Leite visitaria hoje o Centro Comunitário Paroquial de Rio de Mouro e aguardavam junto ao edifício com a equipa de imagem do PSD quando o partido os informou de que a visita estava a decorrer noutra local, na Serra das Minas.

Chegados ao Centro Comunitário do Alto do Forte, uma obra da Câmara Municipal de Sintra explorada pelo Centro Comunitário Paroquial de Rio de Mouro, foi dito à comunicação social que não poderia acompanhar a visita.

Minutos depois, a presidente do PSD fez declarações aos jornalistas, em que justificou a visita dizendo que se enquadra “nas preocupações” do seu partido “relacionadas com o apoio à pobreza”, tema do “Fórum Portugal de Verdade” que se vai realizar hoje Lisboa e que não queria fazer, da visita, um momento mediático.

“Vim visitar uma obra da Câmara Municipal de Sintra que é um exemplo muito importante da forma da forma como uma autarquia pode inserir-se e resolver os problemas da sua região, numa colaboração íntima entre o que são os problemas da população e a resolução desses mesmos problemas”, acrescentou.

“Tenho incentivado que na campanha eleitoral autárquica este tema, o papel das autarquias no apoio social, seja um tema muito presente e vim aqui visitar um exemplo muito elucidativo daquilo que é uma grande obra neste concelho”, concluiu a presidente do PSD.

O presidente da Câmara Municipal de Sintra, o social-democrata Fernando Seara, e o secretário-geral do PSD, Luís Marques Guedes, acompanharam a visita.

Questionada sobre quando vai anunciar o cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias de 7 de Junho, Manuela Ferreira Leite respondeu: “Num momento que estava previamente determinado e que ainda não está atingido” e observou que “não vale a pena” a insistência dos jornalistas “porque é com certeza antes





PS a duas “vozes” no apoio a Barroso para a Comissão Europeia?

O PSD exigiu na segunda-feira, que o PS esclareça qual é a voz que vincula o partido em relação à recandidatura de Durão Barroso a presidente da Comissão Europeia, a de Vital Moreira ou José Sócrates.

“O PS está a falar a duas vozes. Qual é a voz que conta? Qual é a voz que vincula o PS? Quem é que está a falar verdade?”, questionou o dirigente social-democrata José Luís Arnaut, em declarações à agência Lusa.

José Luís Arnaut começou por referir que “há duas semanas, em Bruxelas, num contexto europeu, o engenheiro José Sócrates declarou formalmente o apoio à recandidatura do dr. Durão Barroso a presidente da Comissão Europeia”.

“É com perplexidade e estupefacção que hoje assistimos às declarações do cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu, dr. Vital Moreira, que vem pôr em causa o compromisso do engenheiro Sócrates”, acrescentou.

Em nome do PSD, o ex-ministro dos governos de Durão Barroso e Santana Lopes exigiu saber se as declarações de Vital Moreira “são declarações que não vinculam o PS ou vinculam e significam um recuo da posição do PS”.

“Tem de haver um esclarecimento por parte do engenheiro Sócrates ou o candidato do PS que venha explicar”, declarou José Luís Arnaut.

“Esta questão tem de ser clarificada. Ou há um recuo ou então qual é o significado? Foi mais uma ‘gaffe’ do cabeça-de-lista do PS?”, insistiu o ex-secretário-geral do PSD.

No dia 19 de Março, em Bruxelas, o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, declarou que “não são apenas os primeiros-ministros do Partido Popular Europeu (PPE)” que apoiam uma recandidatura de Durão Barroso ao cargo de presidente da Comissão Europeia.

“Há também primeiros-ministros socialistas que o apoiam, como é o meu caso, mas também é o caso de Zapatero,



o caso de Gordon Brown”, acrescentou José Sócrates, manifestando-se confiante que Durão Barroso vai ser “um candidato de todo o Conselho”.

O primeiro-ministro considerou que Durão Barroso “fez um bom mandato nestes quatro anos” e que a sua continuidade na presidência da Comissão Europeia “é muito importante para Portugal”.

Por outro lado, no domingo, no Porto, o cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, defendeu que Durão Barroso “é candidato oficial do PPE” e “se o PPE ganhar as eleições, naturalmente ele será candidato, mas o normal é que o Partido Socialista Europeu (PSE) tenha também o seu próprio candidato”.

Governo “falhou clamorosamente numa estratégia de esconder a crise”

Paulo Mota Pinto, vice-presidente do PSD, considerou hoje que a actual legislatura foi “uma clara oportunidade perdida” pelo governo para fazer reformas, acusando o Executivo de ter querido fazer política “hostilizando os agentes de cada área profissional”.

“O governo teve condições verdadeiramente únicas para fazer reformas. Foi a maior legislatura de sempre na história da democracia, com maioria absoluta e com um Presidente da República colaborante”, afirmou no encerramento do conselho nacional dos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), que decorreu em Coimbra.

Ao proceder à análise da situação política, o dirigente do PSD considerou que o governo socialista “partiu do erro

de querer fazer política hostilizando os agentes de cada área profissional”.

“Governar é muito mais do que identificar inimigos ou interesses especiais e privilégios, mesmo que eles existam, e combatê-los, evidentemente, é também criar condições para as reformas”, sustentou.

Nas conclusões do conselho nacional de hoje, os TSD acusam também o governo de ter “delapidado uma legislatura e desaproveitado uma oportunidade única para relançar o desenvolvimento português”.

“Os TSD estão conscientes dos efeitos da crise internacional, mas não ignoram nem esquecem que os problemas nacionais já existiam antes dos efeitos dessa crise chegarem a Portugal”, lê-se nas conclusões do encontro, em que é recusada a “política de branqueamento e de desresponsabilização do governo”.

Para o secretário-geral dos TSD, Arménio Santos, “o país está a ser mal governado e a sofrer consequências de erros acumulados durante uma legislatura que podia ser fantástica em termos de resultados positivos para o país e para os portugueses”.

“Todos esses resultados foram delapidados por um governo arrogante e incompetente”, acusou Arménio Santos ao intervir no fecho dos trabalhos.

Por seu turno, ao pronunciar-se, no seu discurso, sobre a situação económica, Paulo Mota Pinto considerou que o governo “falhou clamorosamente numa estratégia de esconder a crise”.

“Falhou porque não podia ganhar essa estratégia, era impossível, mas tentou, chegou a anunciar o fim da crise, depois negou a recessão, elaborou um

orçamento geral do Estado que é uma ficção, depois elaborou outro orçamento a que se recusou chamar rectificativo”, reiterou.

O professor de Direito e antigo juiz do Tribunal Constitucional salientou ainda que “o PSD antecipou problemas que hoje estão na ordem do dia”, exemplificando com a falta de crédito, o endividamento e “problemas sociais graves que se iriam agravar, nomeadamente o desemprego”.

Lembrando as propostas do PSD para o sector, o vice-presidente social-democrata viu que “o centro do problema não está nos grandes investimentos, nas grandes empresas, está nas Pequenas e Médias Empresas e na falta de competitividade da oferta das empresas”.

Nas conclusões do conselho nacional, os TSD exigem também “políticas de apoio efectivo à economia real, às PME, designadamente através do alívio da carga fiscal”, preconizando uma série de medidas para este efeito.

Defendem ainda que o desemprego “é a questão social mais séria”, reclamando medidas como o alargamento do subsídio de desemprego em seis meses, a criação de uma bolsa de formação para o desemprego e uma discriminação positiva no apoio aos agregados familiares mais atingidos por este problema.

Manifestam igualmente “profunda preocupação” com o “estado de descrença nacional, contaminado pelas políticas erradas de um governo desgastado e pela fragilidade do primeiro-ministro, que, envolto em polémicos processos públicos, perde autoridade e não se concentra nas



medidas adequadas à boa governação do país”.

Ao concluir o seu discurso, Paulo Mota Pinto considerou que “é perfeitamente possível o PSD ganhar as próximas eleições”.

“O PSD não quer apenas tirar a maioria absoluta ao Partido Socialista, tirar poder ao PS, quer tirá-lo do poder, não para ter poder, mas porque é importante para o país, porque este governo tem feito mal ao país e o país não aguenta mais quatro anos desta governação”, sublinhou o vice-presidente social-democrata. - Lusa





(Nota: Na terça-feira, o PS, desmentindo Vital Moreira, declarou formalmente o seu apoio a Barroso - Nota do "Povo Livre")

PSD "...não pode deixar de se pronunciar sobre factos que envolvem suspeitas de corrupção"

No passado dia 4, o presidente da Câmara de Cascais e membro do Conselho Nacional do PSD, António Capucho, considerou que no caso Freeport, o seu partido deve separar a parte política da "investigação judicial" mas não pode deixar de se pronunciar.

Falando na abertura do curso de formação autárquica do PSD em Cascais, António Capucho defendeu que os sociais-democratas não devem deixar de comentar o caso do licenciamento do 'outlet' de Alcochete e que a "verdadeira escandaleira" do BPN não deve levar ao "silêncio".

Questionado pela Lusa no final da sua intervenção, Capucho reiterou que defende uma postura diferente sobre o caso Freeport mas salientou a importância de separar factos políticos e "investigação judicial".

O social-democrata confessou também que, com a crise internacional, por vezes se sente "irritado" por ver o PCP e o Bloco de Esquerda a defender as "bandeiras da honestidade" por vezes com "o grande conluio dos órgãos de comunicação social" e que a líder do seu partido, Manuela Ferreira Leite, deve aproveitar a sua imagem para defender esses valores.

"Eu tenho a convicção profunda de que a Manuela Ferreira Leite tem uma imagem extremamente positiva e tem uma credibilidade muito grande para assumir esta causa, tem uma imagem impoluta e frontal e não podemos deixar esta bandeira aos meninos e meninas do PCP e do Bloco de Esquerda, por vezes com o grande conluio dos órgãos de comunicação social, nomeadamente com aqueles que têm gente ligada a esta extrema-esquerda", afirmou.

"O partido tem de ter a coragem de não ter qualquer hesitação em afastar qualquer pessoa com ligação a escândalos", acrescentou.

Na sua intervenção na abertura do curso de formação para autarcas do PSD, António Capucho falou ainda sobre o caso do Provedor de Justiça, mostrando-se muito crítico da actuação "desastrosa" do seu partido e do PS.

"É desastroso o que tem sido feito, penso que é um assunto que tem sido muito mal gerido", afirmou António Capucho, acrescentando que a demora na escolha do sucessor de Nascimento Rodrigues mostra "inoperância e incompetência" e "deteriora a imagem dos partidos políticos".

Capucho deixou ainda alguns recados ao seu partido por "não tomar posição" sobre a regionalização, que o secretário-geral do PS, José Sócrates, inscreveu na sua moção de estratégia para a próxima legislatura e por não ter chegado a acordo com os socialistas para a nova lei autárquica, algo que considerou "gravíssimo" por deixar que as "assembleias municipais continuem a ser verdadeiras farsas".

"Eu estou completamente à vontade

porque sou a favor da regionalização, mas este Governo não é de modas. Perde a regionalização nas urnas [no referendo de 1998] e agora vai fazê-la por decreto e eu não vejo o PSD a tomar uma posição", disse.

"Isto indirectamente afecta a democracia porque ultrapassa uma decisão do povo português", acrescentou o autarca de Cascais.

Paulo Rangel acusa Sócrates de criar uma "farsa" sobre a alegada privatização da Segurança Social/.../«a mais pura demagogia»



O líder parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, acusou hoje o primeiro-ministro de criar uma farsa ao dizer que o PSD propôs a privatização da Segurança Social e contrapôs que o seu partido propôs um sistema misto.

Questionado se a actual direcção do PSD ainda se revê nessa proposta feita durante a liderança de Marques Mendes, Paulo Rangel respondeu: "O PSD, naturalmente, está a elaborar o seu programa de Governo e a intenção do PSD na área da Segurança Social está a ser definida".

"Não será com certeza a de fazer grandes alterações porque não podemos passar a vida a mudar a questão da Segurança Social", adiantou o líder parlamentar do PSD.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, Paulo Rangel reagiu às declarações do primeiro-ministro, José Sócrates, e do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, que atribuíram ao PSD uma posição favorável à privatização parcial da Segurança Social.

"Isto é uma total farsa que o senhor primeiro-ministro criou e tem de ser denunciado", acusou o líder parlamentar do PSD.

Reiterando as afirmações feitas pelo presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, na quinta-feira à noite, em Lisboa, Paulo Rangel afirmou que "o primeiro-ministro faltou à verdade quando disse que o PSD queria privatizar a Segurança Social".

"É por isso que hoje o ministro Santos Silva tem de reagir desta maneira, porque

ele sabe que faltou à verdade", sustentou Paulo Rangel.

O sistema proposto pelo PSD é semelhante ao que encontra e vigor na Suécia e em muitos outros países da Europa, Não tem nada de extraordinário, permite apenas uma opção quanto aos seis por cento que vão para capitalização, seja num fundo público, seja numa instituição pública, seja num privado".

O projecto de lei do PSD estabelece que "uma parte da quotização do trabalhador se destina a ser afectada a uma conta individual de capitalização" e que as contas "são geridas por fundos de pensões expressamente seleccionados para o efeito", um dos quais, pelo menos, "é obrigatoriamente público".

No diploma é proposta a transferência para a conta individual de "uma parcela correspondente a seis por cento do respectivo salário" e prevê-se a aplicação do "modelo misto" a todos os trabalhadores por conta de outrem que iniciem os descontos para a Segurança Social e a todos os trabalhadores independentes com idade inferior a 35 anos.

Os trabalhadores por conta de outrem com idade inferior a 35 anos já inscritos na Segurança Social podem aderir "voluntariamente ao sistema misto", segundo o diploma do PSD.

Paulo Rangel salientou que "são os trabalhadores e os contribuintes da Segurança Social que escolhem" se querem colocar a parcela de seis por cento do seu salário num fundo público ou privado. "Está lá escrito, isso é uma opção dos próprios", frisou.

"Aliás, acho estranho que um Governo que aplicou centenas de milhões de euros na bolsa vindos da Segurança



Social venha falar nisto. Este Governo investiu e perdeu centenas de milhões de euros na bolsa e está preocupado com uma quota de seis por cento que ainda por cima podia ser feita numa instituição pública?", questionou.

"Isto é a mais pura demagogia e a prova é que o ministro Santos Silva, quando foi confrontado com a realidade de que o primeiro-ministro faltou à verdade, teve de vir dar uma conferência de imprensa para tentar salvar a honra do convento", argumentou.

O líder parlamentar do PSD sustentou que a intenção do primeiro-ministro

foi "distrair as atenções" para "ganhar élan eleitoral" e evitar "falar de outros assuntos, de desemprego, de pequenas e médias empresas, porque não quer falar dos problemas do país".

"Isto é grave, isto tem e ser denunciado e não há conferências de imprensa do ministro Santos Silva que apaguem este facto: o primeiro-ministro faltou à verdade", reforçou Paulo Rangel.

Deputado André Almeida questiona o Governo sobre o Programa «e-escola»

Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Ministra da Educação, o Programa «e-escola», lançado pelo Governo no âmbito do Plano Tecnológico, tem por mote «a cada aluno, um computador», e o seu objectivo é contribuir para a inclusão, através das novas tecnologias.

Não colocamos em causa as vantagens ou desvantagens pedagógicas deste programa, nem reduzimos o debate ao «Magalhães» e aos seus erros de software. Preferimos, antes, centrar a discussão na inclusão que o Programa visa alcançar e que, na prática, não é efectiva.

O Programa «e-escola», Senhora Ministra, não está, de facto, a ser inclusivo. Sabemo-lo, e em devido tempo demos nota de tal facto. A promessa de um computador para cada aluno e a vontade de inclusão esbarram numa lacuna que este Programa não previu, e que acaba, até, por se tornar extremamente discriminatória.

O PSD tem de resto, conhecimento de vários exemplos de crianças institucionalizadas, que, na maioria dos casos, não têm qualquer retaguarda familiar a não ser a da própria instituição que as acolhe, e que, por não terem um encarregado de educação, passe a expressão, «em nome individual», não podem aceder ao referido programa».

Acontece, senhoras e senhores Deputados, Senhora Ministra, que estas crianças que já se sentem diferenciadas por não terem família, acabam, agora, por ser duplamente discriminadas, ao serem as únicas, nas suas salas de aula, a não poderem usufruir de uma oportunidade que lhes é devida, por direito.

É, portanto, nosso dever denunciar a situação e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que se repare este erro tremendo.

Assim sendo, Sr.^a Ministra, o que lhe pergunto é:

Tem ideia de quantas crianças podem estar, de facto, a serem privadas de beneficiarem de um Programa ao qual deviam poder aceder por direito?

E que medidas ou acções estão em curso para que se suprima esta falha do seu Ministério? - Gab. André Almeida

Deputados do PSD questionam Governo sobre Linha Ferroviária do Oeste

Os deputados do PSD eleitos por Leiria questionaram o Governo sobre a calendarização das obras de modernização da Linha Ferroviária do Oeste, negociadas nas contrapartidas pela perda do aeroporto da Ota.

Os deputados Feliciano Barreiras Duarte, Ofélia Moleiro e Carlos Poço questionaram o Governo, através de um



requerimento a que a Lusa teve acesso, sobre quando tenciona iniciar as obras de alteração ao traçado do caminho-de-ferro, a partir da Malveira até Lisboa, destinadas a aumentar a competitividade da linha, através do aumento da circulação de passageiros e mercadorias e da redução dos tempos de percurso.

Os deputados questionaram também o Governo quanto ao arranque e conclusão das obras de electrificação da linha férrea entre Leiria e Lisboa e para quando a construção do novo corredor ferroviário Caldas da Rainha - Rio Maior-Santarém, com ligação à Linha do Norte em Santa-rém e ao TGV, em Rio Maior.

Para os sociais-democratas, importa que antes de terminar a legislatura, “o Governo rapidamente se comprometa formalmente com uma calendarização para as obras, sob pena de os anúncios efectuados mais não serem do que mera propaganda e um segundo engano às populações da região Oeste, suficientemente defraudadas com o abandono da construção do futuro aeroporto de Lisboa na Ota”.

As obras constam no Plano de Acção do Oeste, negociado entre o Governo e os municípios para compensar a região do abandono da localização do aeroporto na Ota.

No pacote de investimento, estão previstos 119 milhões de euros entre 2008 e 2014 em estudos, projectos e obras de renovação da via e electrificação, além de outros melhoramentos na linha. - Fonte: Lusa

PS continua a inviabilizar audições «que não lhe convêm»

A maioria PS inviabilizou hoje a audição no Parlamento do secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, suscitando as críticas do PSD que acusou os socialistas de “desrespeitar o próprio cargo”.

“Quem é que o Governo quis que fosse a voz que conduz quer a elaboração quer a apresentação do Relatório Anual de Segurança Interna? É o secretário-geral [Mário Mendes]. E agora o PS impede-o de vir à Assembleia. É um desrespeito para com o secretário-geral, para com o próprio cargo”, criticou o deputado do PSD Luís Montenegro, em declarações à Agência Lusa.

O requerimento para a audição do secretário-geral do sistema de Segurança Interna (SSI) hoje “chumbado” pelo PS na reunião da Comissão Parlamentar de



Assuntos Constitucionais foi apresentado pelo CDS-PP e mereceu os votos favoráveis da oposição.

Luís Montenegro criticou a rejeição do requerimento, afirmando que apesar de estar previsto um debate parlamentar sobre o Relatório Anual de Segurança Interna, a posição de Mário Mendes “era imprescindível” para “compreender determinados dados relativos a fenómenos criminais”.

Questionado sobre se o PSD irá usar um agendamento potestativo [que tornaria obrigatória a audição de Mário Mendes], o deputado disse que a bancada “está a ponderar” essa opção se o CDS-PP, partido que tomou a iniciativa de chamar o responsável ao Parlamento, não o fizer. - Fonte: Lusa

PSD propõe norma transitória que permita resolver a situação dos juizes auxiliares nos Tribunais da Relação

Um projecto-lei do PSD pretende fazer aprovar na Assembleia da República uma norma transitória que permita resolver a situação dos juizes auxiliares nos Tribunais da Relação através da sua “integração nos quadros” daqueles tribunais de segunda instância.

Na exposição dos motivos do diploma, o grupo parlamentar do PSD refere que as alterações às regras de acesso aos Tribunais Superiores, introduzidas na sequência do acordo político-parlamentar PS/PSD para a reforma da Justiça, apesar de terem imprimido maior transparência neste procedimento, não “aceutelou a situação dos juizes de 1.ª instância colocados em regime de destacamento” nos Tribunais da Relação como “juizes auxiliares”.

Trata-se de juizes que exercem funções nos Tribunais da Relação, nomeados pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM), além do quadro de cada Relação, para fazer face ao normal funcionamento destes Tribunais, com a designação de “auxiliares”.

“São juizes que têm as mesmas funções, a mesma distribuição de serviço, a mesma responsabilidade - até são remunerados pelo mesmo índice - dos juizes desembargadores e que foram providos com os mesmos critérios destes”, salienta o projecto-lei do PSD.

Contudo, só não são titulares de lugar no quadro “porque esse mesmo quadro estava desfasado das reais necessidades, como aliás o Governo veio recentemente reconhecer ao proceder ao seu aumento, num total de mais de 85 lugares”, alerta o PSD, observando que “se o aumento dos quadros tivesse ocorrido há mais tempo muitos dos actuais juizes auxiliares colocados nas Relações já aí estariam colocados como juizes desembargadores”.

“Actualmente estão nesta situação 115 juizes auxiliares, nomeados pelo CSM, além do quadro de cada Relação, para fazer face ao normal funcionamento destes Tribunais Superiores, alguns dos quais há mais de três anos”, lê-se no documento.

O diploma do PSD visa também dar resposta ao apelo feito pelo CSM, na sua deliberação de 08 de Janeiro de 2009, no sentido da “aprovação de norma transitória que enfrente a situação actual dos juí-



zes auxiliares nos Tribunais da Relação”.

“O poder legislativo não pode ficar indiferente a esta solicitação do CSM”, diz o projecto-lei dos deputados do PSD.

O PSD justifica ainda que “não faz sentido que os juizes auxiliares dos Tribunais da Relação estejam sujeitos, como actualmente estão, às mesmas condições de acesso a estes tribunais em que se encontram todos aqueles que nunca exerceram tais funções”, ainda por cima com “uma desvantagem” sobre os juizes de 1.ª instância: “É que os juizes auxiliares, por determinação do CSM, deixaram de ser inspeccionados”.

O PS, através do vice-presidente da bancada parlamentar socialista Ricardo Rodrigues, manifestou recentemente abertura para resolver a situação destes juizes.



O PSD apresentou também um outro projecto-lei que visa conferir aos magistrados direito ao abono de ajudas de custo e transporte para a frequência em acções de formação contínua. - GP/PSD Gab. Imp.

PSD exige concretização da referência «a qualquer conduta ou intervenção de magistrado do Ministério Público junto dos titulares da investigação Freeport»

O PSD exige hoje ver concretizada a referência feita pelo procurador-geral da República, Pinto Monteiro, à “existência de qualquer conduta ou intervenção de magistrado do Ministério Público junto dos titulares da investigação” do processo Freeport.

No ponto 3º do comunicado que hoje divulgou sobre o processo Freeport, o procurador-geral da República revelou que “a existência de qualquer conduta ou

intervenção de magistrado do Ministério Público, junto dos titulares da investigação, com violação da deontologia profissional, está já a ser averiguada com vista à sua avaliação em sede disciplinar”.

“O ponto 3º do comunicado merece, a nosso ver, quando se faz a referência às intervenções que terão ocorrido por parte de magistrados do Ministério Público, ser concretizado, clarificado, para que não restem dúvidas no que diz respeito à confiança que se deve ter no sistema de justiça e também numa instituição tão importante como o Ministério Público”, declarou o vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar Branco.

“Nesse comunicado é dito isso e nós entendemos que é uma matéria que deve ser clarificada, concretizada, a bem da confiança no sistema de justiça”, reiterou o dirigente social-democrata, em declarações aos jornalistas, na sede nacional do PSD, em Lisboa.

No comunicado divulgado hoje, apesar de revelar que está a ser averiguada “a existência de qualquer conduta ou intervenção de magistrado do Ministério Público” junto dos magistrados que investigam o processo Freeport, Pinto Monteiro assegurou que estes “estão a proceder à investigação com completa autonomia, sem quaisquer interferências, sem pressões”.

O procurador-geral da República acrescentou que os titulares do processo estão a actuar “sem prazos fixados, sem directivas ou determinações, directa ou indirectamente transmitidas, obedecendo

somente aos princípios legais em vigor” e que os próprios “expressa e pessoalmente reconheceram” que “não existe qualquer pressão ou intimidação”.

Em declarações aos jornalistas, José Pedro Aguiar Branco salientou que o PSD “pronunciou-se nesta matéria unicamente na sua dimensão institucional e naquilo que tem a ver com a intervenção do procurador-geral da República”, reagindo “ao comunicado de hoje” de Pinto Monteiro e “àquilo que tem a ver com a sua relação com outros magistrados do Ministério Público”.

“O PSD não se pronuncia sobre os casos concretos que estão a correr no sistema judicial”, frisou o dirigente social-democrata. “Quanto ao processo judicial, ele correrá os seus termos e o PSD acredita que aí a justiça faz o seu trabalho”, concluiu o ex-ministro da Justiça. - Fonte: Lusa



Deputado Fernando Antunes

“Avaliação da Política de Educação e Defesa da Escola Pública”

Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, registamos o incómodo do Governo em responder ao caso do contrato do Dr. João Pedroso e lamentamos que o Governo não queira esclarecer os portugueses sobre este escândalo.

O Governo e a sua maioria após estes quatro anos são corresponsáveis por termos hoje uma Escola pública onde é nítida a degradação das aprendizagens.

Isto porque o Governo relativizou o mérito e igualou por baixo. O Ministério da Educação – trazia ideias fixas e aplicou-as como certeza única ou verdade absoluta, sem ouvir ninguém!

Só melhorar resultados estatísticos pela via da não exigência, pela via do caminho fácil, pelo discurso da não retenção porque reter um aluno fica caro ao País é uma tese profundamente errada de quem pensa no imediato mas não pensa verdadeiramente num futuro para a juventude portuguesa.

E o Governo até começou bem! Lançou mão a um conjunto de pequenas reformas e não é o PSD que retira mérito ao Governo por ter avançado com medidas como o ensino do Inglês e da Matemática, com o prolongamento do horário escolar, com a promoção de actividades extracurriculares ou com o alargamento das refeições escolares a toda a rede do 1º ciclo ou mesmo com a requalificação do parque escolar.

Mas seria justo e um acto de humildade partilhada que lhe assentaria bem se o Governo reconhecesse que teve como promotores no terreno, o apoio do Poder Local, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia sem o qual dificilmente concretizaria estas reformas.

O Governo, infelizmente rapidamente esgotou um estado de graça único para concretizar a via reformista tão necessária para trilhar caminhos onde a Educação fosse tratada como um novo rumo onde a exigência, o rigor, a disciplina, a qualidade, a auto-estima, o empreendedorismo e os valores sejam metas a atingir sem os quais o novo Portugal que queremos dificilmente encontrará respostas.

O Governo escolheu como método para reformar a Escola a via do confronto de que o melhor exemplo foi o total desrespeito por uma classe que é vital para o êxito das aprendizagens. O método foi a desumanização, foi o autismo das decisões, foi a falta de diálogo e a arrogância na imposição, foi a falta de humildade perante o erro.

O Ministério da Educação desrespeitou os professores e fez deles bodes expiatórios para sustentar medidas como o prolongamento dos horários, o Estatuto da Carreira Docente, a alteração da idade das reformas ou essa “trapalhada sem fim à vista” que é um processo de avaliação que muda todos os dias e que é a face mais gritante de tanta incompetência!

A Escola pública só será um espaço de igualdade, se assegurar uma formação exigente e de qualidade. É um caminhar com escolhos a que não é alheio o problema da falta de afectos que antes de ser um problema da Escola, é sim um reflexo, uma radiografia clara e dramaticamente real da crise de valores educacionais, culturais e sociais que vemos à nossa volta.

O Governo diminuiu e desrespeitou quem na Escola pode transmitir autoridade, competência e afectividade – três qualidades que consideramos intrínsecas de um bom professor.

Em vez disso baseou a sua acção em medidas facilitistas, ao sabor de resultados estatísticos, que servem para o Primeiro-Ministro alimentar uma postura da infalível arrogância que lhe alimenta o “ego” e a vaidade.

Triste vaidade que espalha pelo País inteiro! Vejam-se os últimos episódios de pura propaganda eleitoralista em véspera de eleições autárquicas e legislativas semeando milhões e milhões em muitos e variados Concelhos.

Mas de resultados qualitativos conhecidos o que tem para nos dizer?

Que estudos independentes sobre a melhoria da aprendizagem foram já conhecidos?!

O Governo tem para nos oferecer o famigerado estudo que afinal não é da OCDE mas sim encomendado e baseado em dados do próprio Ministério, não dando a Senhora Ministra credibilidade a estudos que nos mostram uma descida clara, em termos comparativos com anos anteriores nos “rankings” demonstrativos da qualidade das aprendizagens das Escolas públicas e privadas.

O Governo apregoando autonomia impôs o centralismo como regra e objectivo, especializou-se na nova arte de legislar no Gabinete, impôs-se à Escola por Despacho, não exitando mesmo em alterar Leis e Decretos-lei, como sejam por exemplo a questão das faltas no Estatuto Disciplinar do aluno ou a teimosia desse processo de

avaliação de professores “sui generis” que há dois anos a esta parte só tem trazido confusão à Escola e descentrado aquela que é a sua função primeira – um local onde se ensina e onde se aprende, um local de excelência de formação para a vida, um local de realização pessoal e profissional para educadores, um local ideal, para a caminhada marcante para o presente e futuro de crianças e jovens que a Escola marca profundamente não só nas aprendizagens mas na formação da sua personalidade, carácter e vontade.

Há aspectos positivos na actuação governativa? Mal seria se, em quatro anos tal não acontecesse. A aposta no pré-escolar, o alargamento do vínculo dos professores à Escola criando estabilidade no seu corpo docente e um melhor acompanhamento do jovem no seu percurso educativo ou a aposta na qualificação e no ensino profissional no ensino Secundário público cujo processo legislativo na sua grande maioria este Governo herdou do Governo anterior, e que está a implementar com êxito! Esta aposta no ensino profissional público tem o apoio do PSD e exige atenção permanente, muita formação coordenação e apoio, porque é uma área vital para o País competitivo, afirmativo e empreendedor que necessitamos para que os jovens tenham futuro!

Infelizmente estes quatro anos de Governo Socialista têm consigo o selo negativo da confusão, da insensibilidade e do dirigismo. Basta lembrar-nos dos episódios lamentáveis de que a DREN foi protagonista, e da imagem de marca que traz consigo como sejam a limitação da liberdade de expressão e a imposição de silêncios pelo medo de que são exemplos o caso Charrua, os atentados à autonomia com o mau exemplo de Paredes de Coura, a imposição não prevista na Lei de entrega de objectivos individuais e tantas pequenas situações demonstrativa da arrogância e prepotência.

A monumental máquina de propaganda do Governo é um tremendo logro.

Quatro anos passados impõe-se perguntar:

- Os jovens portugueses saem hoje da escola melhor preparados do que há quatro anos?!

- Comparativamente a educação de hoje é mais exigente do que há quatro anos?

Pensamos sinceramente que não!

O Governo teve tudo para a promover, infelizmente foi uma oportunidade perdida. - 02-Abril-2009





Carlos Coelho abstém-se em Relatório sobre Vistos



O Eurodeputado Carlos Coelho absteve-se na votação do Relatório Lax, que decorreu no Parlamento Europeu

De acordo com Carlos Coelho, embora possuísse alguns aspectos positivos, o fraco compromisso obtido no Relatório relativo às Instruções Consulares Comuns acabou por prejudicar o mérito dessa proposta.

Carlos Coelho considera que é urgente e necessário obter uma “maior coerência na Política Comum de Vistos, de modo a facilitar as deslocações legítimas entre Estados-Membros”, bem como combater a “imigração ilegal através de uma maior

harmonização das legislações nacionais e das práticas de actuação ao nível dos consulados, mas nunca à custa de compromissos que possam pôr em causa os direitos dos cidadãos.”- 2 de Abril de 2009

Carlos Coelho aplaude esforços do PE para uma verdadeira “Cidadania Europeia”

O Eurodeputado do PSD, Carlos Coelho destacou a aprovação do Relatório Gacek, no Parlamento Europeu, relativo aos problemas e as perspectivas ligadas à cidadania da União.

Segundo Carlos Coelho, têm sido dados “passos concretos no sentido de tornar a cidadania Europeia uma realidade, de que beneficiam de forma especial os emigrantes Portugueses noutros Países comunitários, tendo sido o desenvolvimento mais significativo a adopção da Directiva da cidadania que estabeleceu um direito incondicional de residência permanente para os cidadãos da UE e as suas famílias que residam no Estado de acolhimento durante um período de 5 anos.”

O Eurodeputado apelou também à continuação do reforço dos laços sociais e políticos que ligam os cidadãos da UE, declarando que “o Tratado de Lisboa deverá contribuir de forma significativa para tal, nomeadamente através da “Iniciativa da cidadania” que permitirá aos cidadãos, sob certas condições, terem um direito de iniciativa” - 2 de Abril de 2009

Duarte Freitas defende pesca açoriana em relação ao Plano de Acção para os Tubarões

A Comissão Europeia, tendo em conta os problemas ambientais e económicos que poderão advir da depauperação de alguns stocks importantes de elasmobrânquios, apresentou recentemente um Plano de Acção para os Tubarões, que se baseia no Plano de Acção Internacional para a conservação e a gestão dos tubarões, adoptado pela FAO em 1999.

O Deputado europeu do PSD, Duarte Freitas, explicou que “o objectivo deste plano internacional consiste em assegurar a conservação e a gestão dos tubarões, bem como a sua utilização sustentável à escala mundial.”

Duarte Freitas, que já havia sido relator do PPE para um dossier relacionado com o processamento dos tubarões e que havia também promovido uma conferência alusiva ao tema, considera que “as medidas a aplicar a nível comunitário visam melhorar a recolha de dados nos locais de desembarque e indústrias de processamento e de comercialização destes animais, bem como estabelecer sistemas que permitam verificar as informações relativas às capturas por espécie e por tipo de pesca.”

Para Duarte Freitas, “pese embora a necessidade evidente em preservar os stocks destas espécies, é necessário enquadrar os diferentes cenários e zonas de acção. Os estudos levados a cabo nos Açores, revelam que os stocks de tubarões, em particular os tubarões de profundidade, em especial de Gata-licha (*Dalatias licha*), estão acima da capacidade de sustentabilidade do meio, encontrando-se portanto em bom estado de conservação biológica.”

O eurodeputado, considera que “uma eventual interdição à captura de tubarões na região dos Açores resultaria num grave prejuízo, quer para a monitorização destas espécies (TAC zero significa proibição de desembarques e portanto falta de informação sobre as mortalidades por pesca), quer no que diz respeito à utilização dos exemplares capturados como pescaria acessória (desperdício do pescado).”

Nesse sentido, Duarte Freitas pretende que a Comissão Europeia “enquadre devidamente a realidade dos Açores em todo este processo” tendo para o efeito formulado uma questão escrita ao Comissário das Pescas a este respeito. - (Estrasburgo, 31 de Março)



Parlamento Europeu aprova Relatório contra a discriminação

O Parlamento Europeu aprovou em Plenário um Relatório relativo à Directiva para a Igualdade de tratamento entre as pessoas. Trata-se de uma Directiva que visa regular com maior rigor a situação específica da discriminação no local de trabalho e no âmbito do mercado de emprego. Apesar do voto contra do Partido Popular Europeu, Carlos Coelho, coordenador dos Deputados do PSD no Parlamento Europeu, afirmou que os Deputados do PSD se abstiveram na votação, pois apesar de discordar com diversos pontos incluídos na Resolução, “nunca poderíamos votar contra um Relatório que é contra a discriminação.”

Na sua intervenção, Carlos Coelho lembrou que “como todos os compromissos, existem pontos em que conseguimos fazer prevalecer a nossa opinião e outros que nos custam mais a aceitar”, mas que o relatório em questão representava “um compromisso que tem de ter em conta a legislação, a prática e as diversas tradições culturais existentes em 27 Estados Membros”.

Carlos Coelho assinalou como positivos “o prazo de 10 anos obtido para a adaptação de edifícios de forma a permitir o acesso das pessoas com deficiência a bens, serviços e recursos”, bem como o facto de “que as preocupações que manifestámos em relação às companhias de seguros tenham sido tidas em conta, por ex. com o envolvimento de parecer médico”.

Mas por outro lado, Carlos Coelho manifestou o seu total desacordo a que se pretenda eliminar a referência “ao Princípio da subsidiariedade no que diz respeito às matérias relativas ao direito da família, matrimonial e reprodução, que havia sido aprovado em Comissão.” Segundo o Deputado do PSD, esta é “uma questão legal, pois de acordo com os Tratados estas matérias recaem no âmbito da exclusiva competência dos Estados Membros” tal como a outro artigo que “inverter o ónus da prova, uma vez que criará problemas jurídicos e administrativos insuperáveis.”

A terminar a sua intervenção, Carlos Coelho afirmou que “em plena consciência” não poderia “votar contra uma Directiva que proíbe a discriminação entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.”

“Trata-se também aqui de definirmos qual a Europa que queremos ajudar a construir. Eu sou claramente por uma Europa que combate sem tréguas qualquer forma de discriminação!” - Correspondente



A Opinião dos Outros [I]

O caso Freeport (agora em versão áudio...)

João Miguel Tavares(*)

O que os nossos ouvidos escutaram na sexta-feira à noite na TVI não é nada que os nossos olhos não tivessem já lido nos jornais há várias semanas, mas ouvir aquelas declarações da boca de Charles Smith tem uma vantagem preciosa: a de tornar claríssimo que o caso Freeport não pode ser reduzido a uma mera campanha conspirativa, e que aquilo que está em causa - por muito que custe a José Sócrates e aos seus fiéis ministros - seria notícia de primeira página em qualquer lugar do mundo.

Significa isto que Sócrates é culpado? Não. Significa que o cruzamento do DVD com a data de aprovação do empreendimento e com os contactos entre Smith e a família do primeiro-ministro levantam suspeitas dignas de investigação e de notícia.

É possível que Charles Smith tenha atirado culpas para cima de Sócrates para justificar dinheiro que lhe entrou directamente no bolso. E também é possível que as dúvidas sobre o processo levantadas por Marinho Pinto tenham toda a razão de ser.

O que não é possível é fingir que nada de relevante se passou, ou carimbar o caso Freeport como “campanha negra” e aguardar serenamente o curso da jus-

tiça. Tanto mais que o curso da justiça, em Portugal, é mais zigzagueante do que a descida das Penhas Douradas para Manteigas.

O caso Freeport já produziu pelo menos dois efeitos colaterais tão graves quanto saber se o Primeiro-Ministro é ou não corrupto. O primeiro tem a ver com a forma como certa comunicação social, com destaque para o jornal de sexta-feira da TVI, está a ser transformada numa espécie de eixo do mal mediático pelo gabinete de José Sócrates - para além de numerosas entrevistas trauliteiras, há que acrescentar tomadas de posição muito duvidosas por parte da ERC e a ameaça de queixas por difamação interpostas por Proença de Carvalho. O segundo é a denúncia, absolutamente espantosa, do novo presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, João Palma, que logo na sua primeira intervenção pública declarou existirem pressões que atingem “níveis inoportáveis” sobre quem está a investigar o caso.

Ora, isto tudo junto, já não é apenas grave - é um filme de terror, que consegue, de uma única penada, abalar as estruturas do poder político, do poder judicial e dos próprios media, três dos principais susten-



táculos de qualquer regime democrático. É dever de cada um desses poderes vigiar os outros, num equilíbrio sensível que é a base do sistema em que vivemos. Ver a forma como a trapalhada Freeport consegue o prodígio de lançar lama sobre todos eles diz bem da gravidade do que está em

causa. Depois de infindáveis paninhos quentes, Manuela Ferreira Leite afirmou que é fundamental o rápido esclarecimento deste assunto, “para bem do sistema judicial e para bem da democracia”. E por uma vez, a senhora tem toda a razão. - (*) João Miguel Tavares, ©DN

A Opinião dos outros [II]

O falhanço do combate à corrupção

Barradas Leitão (*)



Os últimos tempos têm sido férteis em notícias sobre investigações do Ministério Público (MP) e da Polícia Judiciária (PJ), relativas a eventuais crimes económico-financeiros ou de corrupção. Os nomes ‘Operação Furacão’, ‘Portucale’, ‘Freeport’, ‘caso dos submarinos’, ou ‘caso da Câmara de Braga’, tornaram-se habituais para a generalidade dos cidadãos

O sentimento geral é o de que tais investigações acabarão por ficar em ‘águas de bacalhau’. Esta constatação é tanto mais curiosa quando é sabido que, relativamente ao combate à restante criminalidade, o nosso MP e as polícias apresentam níveis de eficácia aceitáveis para os padrões europeus.

Este falhanço explica-se com a enorme complexidade deste tipo de crimes, com a sofisticação dos meios usados, com o seu carácter transnacional (basta lembrarmo-nos das famosas offshores...) e com a falta de meios de investigação, nomeadamente ao nível de peritos. Por outro lado, há um complexo de Leis excessivamente garantístico e pouco eficaz. A este propósito, recorde-se o chamado pacote de leis anti-corrupção apresentado pelo então deputado João Cravinho e que acabou por ser enviado para a gaveta do esquecimento pelo seu próprio partido.

Resta a falta de articulação eficaz entre o MP e a PJ. Basta lembrar as referências feitas pelo procurador-geral da República (PGR) à actuação da PJ na investigação do ‘caso Freeport’, às informações da directora do DCIAP sobre a participação da mesma polícia na investigação da ‘Operação Furacão’, ou, mais recentemente, ao arquivamento do inquérito à Câmara de Braga.

Uma vez que os dois primeiros casos ainda estão em investigação ou em segredo de Justiça, vejamos, apenas, o caso de Braga. Trata-se de um inquérito que foi arquivado ao fim de oito anos, tendo estado literalmente parado na PJ por períodos que totalizam mais de quatro anos – apesar de o magistrado do MP ter feito diversas tentativas para que a PJ atribuísse prioridade à investigação.

Será que este desacerto pode conduzir a algum resultado? Claro que não! Na maioria dos casos, a justiça ficará mesmo, como diz o povo, a ver Braga por um canudo...

A solução passa por uma de duas receitas: ou se coloca a PJ na dependência orgânica, funcional e operacional do MP, passando os seus responsáveis a ser nomeados pelo órgão próprio da PGR e a responder hierarquicamente perante o PGR, como respondem os magistrados. Ou, no mínimo, se integra todo o departamento da PJ responsável pelo combate a esta criminalidade no DCIAP, passando a ser um instrumento deste departamento especializado do MP.

Para quem esteja preocupado com eventuais excessos e desvios de poder, o contraponto parece-me óbvio: reforço dos poderes democráticos de controlo do MP.

Em ano de eleições, seria bom que os nossos políticos perdessem algum tempo a apresentar soluções para este tipo de problemas, porventura mais importantes para a nossa vida colectiva do que as chamadas ‘questões fracturantes’, que mais parecem destinadas, apenas, a desviar a atenção dos problemas reais.

A ver vamos... - (*) Advogado, membro do Conselho Superior do Ministério Público. ©Semanaário “Sol”, com agradecimentos.

Têm medo... de quê?!...

Alberto João Jardim (*)

Ao longo destes anos de vida política, ouvi tantas vezes o argumento "... e a comunicação social?..."

Tratava-se do desabafo de alguns, postos perante circunstâncias em que era preciso tomar decisões corajosas, implicando os riscos que, na Opinião Pública, seriam imediatos.

E digo, imediatos, porque quando as decisões são certas e necessárias, estas acabam por se impôr, seja qual o chinfrim que tenham desencadeado.

Obviamente que a Democracia implica uma comunicação social livre, é impensável sem tal.

Mas, resultante que é da soberania do Povo, implica igualmente a responsabilização de quem governa, em termos de tomar as opções que se impõem, em termos de assumir a capacidade para as saber explicar, sejam quais os obstáculos. O que obriga o decisor a não se descredibilizar com mentiras e aldrabices.

Para mim, foi sempre confrangedor ver adiar ou não tomar medidas, por causa... "da comunicação social"!...

Não é a esta que cabe governar.

É abdicação entregar-lhe ou partilhar-lhe o poder.

Em Portugal, vai-se ao ponto de haver Partidos políticos onde os militantes se deixam "orientar" pelo que a comunicação social dita ou sugere em termos sucessivos, abdicando, assim, do poder de decisão corajoso que lhes cabe assumir no interior da respectiva organização partidária!

Às vezes, até me acusam de eu ter uma obsessão de combate institucional à comunicação social, quando a minha vida política até nela começou.

É falso.

Sou pela liberdade da comunicação social, toda a vida lutei contra a sua instrumentalização pela Propaganda, contra a sua instrumentalização pelos interesses económicos que não coincidem com o Interesse Nacional, contra a sua instrumentalização pela militância política que subordina a objectividade aos fins partidários, facciosos, preconceituosos ou de estabelecimento doloso de alvos predeterminados, contra a sua instrumentalização que engana a Opinião Pública através da violação sistemática dos respectivos Estatutos Editoriais.

Ainda agora, luto contra essa vergonha legislativa que pretende impedir a existência de órgãos de comunicação social que não são dóceis ao actual Poder político, lei sem qualquer escrúpulo quanto à sobrevivência dos postos de trabalho dos respectivos Profissionais.

E quanto a isto, estamos esclarecidos.

O que repudio, é o facto de Políticos que são mandatados pela soberania do Povo para governar no interesse colectivo e no respeito pelos Direitos, Liberdades e Garantias da Pessoa Humana, depois assim não procederem, deixando-se vergar, e até incentivando, a um poder de facto que não resulta da expressão democrática da vontade das populações.

Políticos, que até são incapazes de co-



ragem de estabelecer um sistema legal que permita a existência, e a esta viabilize, de um efectivo pluralismo, até na orientação e formação política da Opinião Pública.

Tal pluralismo sucede em todas as Democracias solidificadas, em que cada um sabe, de facto, o que está a ler ou a ouvir, bem como o que ali se propugna, as intenções que aí existem.

Mas, infelizmente, isto não sucede em Portugal, expressão de um défice democrático que resvala para uma espécie de "pensamento único".

A questão não está em impedir ao Jornalismo, a expressão livre das Ideias e Valores que cada um legitimamente abraçou.

A questão está em existir um ordena-

mento jurídico que permita um pluralismo absoluto, incluso prevendo os meios materiais para tal adequados, de forma a permitir aos Cidadãos, a Liberdade intocável de poder escolher.

É evidente que, nisto, a "classe política" do regime da Constituição de 1976, falhou redonda e escandalosamente. Preferiu se acautelar de uma forma demissionária - para não escrever um adjectivo mais contundente - inadmissivelmente medrosa ante os imperativos nacionais, abdicou das responsabilidades com que a soberania do Povo a mandou, limitou-se a sobreviver o melhor possível, de maneira egoísta, o que até, quase todos, não conseguiram.

A "classe política" como que se es-

queceu da "impiedade" da comunicação social portuguesa, mesmo para os que se lhe subjugam ou lhe prestam adulação, "impiedade" até pela lógica das opções políticas que predominam esmagadoramente em tais meios, ou pela atitude de desprezo que a espinha dorsal de cada um tem para com aqueles que dão "graxa".

A "classe política" não percebeu que uma mensagem forte, incisiva, provocadora, fica na Opinião Pública, contribui para a formulação de opções, ou pelo menos para o seu equacionamento, mesmo que desencadeie a fúria dos meios de comunicação social, sua hostilidade e campanhas. O que não sucede a chachadas corriqueiras que os Políticos dizem sistematicamente, muitas vezes de um barroco desinteressante que não motiva o público-alvo.

E felizmente, que em Democracia só sobrevive quem suscita a adesão das massas populares, mesmo que, a par, suscite ódios ou a hostilidade da tal comunicação social.

Sobreviventes em relação aos quais, os que falham, se juntam ao jogo de a comunicação social lhes chamar "populistas".

Portugal estaria hoje muito diferente se, também neste campo, a "classe política" tivesse optado por um comportamento mais corajoso, mais frontal e legislativamente criativo.

É errado pensar que não se ganha eleições com posicionamentos diferentes dos que são propugnados pela comunicação social. Desde Sá Carneiro, há exemplos disso.

Tudo reside na coragem incómoda e na força da Razão. - Advogado, Presidente da CPR/Madeira e do Governo Regional

Um «G-20» para o Século XXI

Ricardo Rio (*)

O G-20, ou Grupo dos 20, é um órgão informal que reúne periodicamente os Ministros das Finanças e os Governadores dos Bancos Centrais de dezanove dos mais importantes países industrializados ou em vias de desenvolvimento, versando sobre as matérias mais candentes da ordem económica internacional. O 20º elemento é a própria União Europeia, que surge representada neste fórum pela Presidência rotativa do Conselho Europeu e pelo Governador do Banco Central Europeu.

Desde 1999, data da sua constituição, o Grupo dos 20 promoveu já vários encontros de que resultaram importantes contributos para a ultrapassagem de dificuldades pontuais do sistema económico e financeiro mundial, bem assim como para a prossecução de outros objectivos comuns, como sejam o combate ao financiamento do terrorismo ou a imposição de padrões de especial transparência em matéria de fiscalidade ou de lavagem de



dinheiro.

De uma forma geral, pode dizer-se que os esforços de cooperação internacional que resultaram deste organismo informal, assumiram um papel de relevo na ultrapassagem de crises económicas e financeiras recentes e, por esta via, contribuíram para a consolidação do crescimento económico mundial.

Sabendo-se da existência anterior de fora de discussão internacional que agregavam apenas as economias mais desenvolvidas, com especial relevo para o G-7, o G-20 conseguiu também o importante papel de aglutinar a tais discussões algumas das economias ainda em vias de desenvolvimento mas que, de há alguns anos a esta parte, vinham assumindo um claro protagonismo e pujança na cena económica mundial.

Assim, o G-20 é composto pelos representantes dos seguintes 19 Países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. Como referido, junta-se-lhes, como membro de pleno direito a União Europeia.

Enquanto convidados, participam também nestas reuniões os responsáveis



máximos e de alguns departamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, na lógica de assegurar a devida articulação das conclusões do G-20 com os principais organismos económicos e financeiros mundiais.

Em termos meramente estatísticos, a importância deste fórum reflecte-se no facto de o G-20 agregar um conjunto de membros que representam as diversas regiões do mundo que, no seu conjunto, reúnem 90 por cento do Produto Nacional Bruto mundial, dois terços da população e 80% do comércio internacional.

Pese embora os méritos acumulados na sua ainda breve história, os líderes dos G-20 que, face à especial conjuntura mundial, marcaram presença na Cimeira de Londres, que teve lugar nos passados dias 2 e 3 de Abril, souberam estar à altura dos desafios que pendiam sobre os seus ombros, ao ponto de se poder considerar este encontro como verdadeiramente histórico.

Para tal, poder-se-ia relevar a capacidade de obter consensos dessa verdadeira “estrela pop” da cena política mundial em que se transformou o Presidente Norte-Americano Barack Obama. Neste caso, com o especial mérito de assumir uma postura suficientemente construtiva para abdicar de algumas das propostas que assumiu, em conjunto com Gordon Brown – o Primeiro-Ministro Britânico -, no sentido de que se implementassem apoios orçamentais directos às economias de cada país, ideia essa que não mereceu o acolhimento da maioria dos membros.

Poder-se-ia igualmente destacar a “institucionalização” do peso da China, que surgiu nesta Cimeira não como um mero outsider com boas perspectivas de afirmação no futuro próximo, mas antes como uma economia liderante no contexto económico mundial. A este nível, registre-se que é do “cofre” Chinês que sai parte importante das verbas que vão financiar o plano de investimentos acordado, da mesma forma que houve alguma abertura dos responsáveis chineses para viabilizar o ataque aos paraísos fiscais.

Ainda, poder-se-ia vincar as “vitórias” alcançadas por líderes europeus como Sarkozy e Merkel que, conseguiram fazer prevalecer as posições que defendiam à partida e sobre as quais ameaçaram até vir a extremar posições.

Mas, mais do que as vitórias individuais, importa realçar as extraordinárias conquistas colectivas: na instituição de novos mecanismos de supervisão financeira; nos apoios ao desenvolvimento de um comércio internacional livre das amarras proteccionistas; nos estímulos ao crescimento económico mundial através da canalização de um importante volume de recursos financeiros; nos princípios adoptados para o combate aos paraísos fiscais.

Sob a capa dos novos equilíbrios e protagonistas que emergem à escala planetária, os líderes do Grupo dos 20 ecoaram também: “Sim, nós podemos!”.

E, se em linha com os compromissos agora assumidos, puderem assegurar, aquando de uma próxima reunião, que “Sim, nós fizemos!”, talvez as tradicionais manifestações contra a globalização se possam transformar em demonstrações pacíficas, de reconhecimento público pelo contributo para a prosperidade mundial. -

(*) Economista, vereador PSD da Câmara de Braga e correspondente do Povo Livre

Momento Decisivo

Paulo Augusto Costa (*)



A situação assaz complexa em que está mergulhado o povo português, obriga quem possui responsabilidades a nível político a um profundo exercício de reflexão, e a apresentar soluções visando a resolução dos grandes e sérios problemas, com que actualmente se debate a sociedade portuguesa.

Apesar de certos políticos colorirem com garridas cores o presente, as situações críticas prevalecem, deprimindo cada vez mais a auto-estima da população, frustrando por este meio a sua justa aspiração a uma vida condigna.

Com efeito não será só com pessimismo que se resolvem as dificuldades, mas estas jamais serão ultrapassadas eficazmente com o escamotear da realidade. Por isso, é preciso que todos os sectores constitutivos da sociedade aquilatem com precisão as dimensões da crise gravíssima presente, com reflexos conducentes a uma encruzilhada decisiva, obrigando-a a efectuar opções de percurso e à mobilização de todos os recursos disponíveis.

De entre o actual espectro político, o partido que possui a visão mais realista da situação presente, dispondo de quadros da mais alta competência, capazes de enfrentarem com êxito a actual situação, é sem dúvida o Partido Social-Democrata, que sempre nos momentos de crise soube, em virtude do seu valor, da justiça da sua ideologia e da inquestionável capacidade de governação, comprovada pela obra feita apresentada aos portugueses, responder com eficiência aos desafios com que foi confrontado.

Por todos estes motivos claramente justificados, o povo português espera do P.S.D. um inequívoco sinal de auxílio, auxílio esse que passa sobretudo pela criação e difusão da tão indispensável confiança, possibilitando indubitavelmente por este meio a rápida recuperação da economia do que grandes investimentos, como ainda há pouco salientou o Senhor Presidente da República, ex-líder do P.S.D. e chefe de Governos Sociais-Democratas, o Professor Doutor Aníbal

Cavaco Silva, não são bem analisados em termos de custo e benefício podendo onerar ainda mais as gerações futuras. Parece ser este o almejado «movimento da chave na ignição» que accionará o motor de arranque, facultando deste modo a resolução da actual conjuntura.

Mas para isto suceder é necessário demonstrar perante o eleitorado um enorme sentido de responsabilidade, frieza e coragem, em suma dar credibilidade ao exercício do poder, conferindo-lhe a dignidade que todos desejam patente. O mecanismo do Partido Social-Democrata, pedra basilar de construção da única alternativa credível à actual situação política, deve funcionar em perfeita sintonia e coerência, valorizando a totalidade das suas partes componentes, tendo estas também o dever de trabalhar para o mesmo fim, vendo simultaneamente respeitadas as suas diferenças, constituindo estas a suprema riqueza de qualquer instituição. Porém a existência de diversidade de opiniões não é, nem poderá ser necessariamente sinónimo de indisciplina, que prejudica de maneira séria a sua imagem.

Parafraseando a actual líder do P.S.D. os sociais-democratas não podem perder-se em lutas intestinas como se Partido estivesse dividido em «bases» e «notáveis», esferas inconciliáveis e em permanente confronto, imagem com o poder de relembrar as ideias de conflitos sociais tão advogadas pela doutrina marxista, que mais não pretende senão destruir todo o sistema social e aniquilar os inalienáveis direitos à liberdade e propriedade, ideia esta inadmissível e oposta ao ideário do Partido Social-Democrata, contribuindo somente para o afastar do seu caminho de afirmação como alternativa credível de poder. O exemplo de capacidade organizativa deve começar no seu interior, transmitindo por este meio ao povo a sua capacidade para se assumir como governo, e por conseguinte, a sua superioridade face ao seu principal adversário.

Se apelarmos à nossa memória, designadamente a exemplos dos governantes

mais notáveis dos anais da História de Portugal, como foi o caso de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que punha em causa a capacidade de vir a ser um bom governante quem não soubesse administrar convenientemente a sua casa, aprenderemos uma preciosa lição, comprovada pelo êxito da governação daquele homem, podendo esse facto consistir numa preciosa orientação, para enfrentar eficazmente o decisivo ciclo eleitoral que se aproxima.

Poderá mediante a citação anterior correr-se o risco de se ser apelidado de retrógrado, mas é preferível carregar com tal epíteto do que desdenhar os actos geniais de pessoas, cujos pensamentos, acções e obras valorosas, contribuíram de forma decisiva para o progresso do nosso país.

Mais recentemente podemos mencionar o papel primacial e fundacional de dois líderes do P.S.D., por ordem cronológica: Francisco Sá Carneiro e Aníbal Cavaco Silva, que marcaram de forma única não só o partido, mas também Portugal, consolidando definitivamente as instituições democráticas e lutando sem tréguas contra as forças que planeavam e no momento actual parecem planejar de novo, incitadas pela crise, com base na errónea ideia tão bem citada por Sá Carneiro de que «o investimento público é um fim em si mesmo e não um meio», iludir o povo português, onerá-lo e oprimi-lo para obter proveito próprio. De facto durante a governação dos dois líderes Sociais-Democratas atrás referidos, o país registou um apreciável desenvolvimento a todos os níveis, sendo as suas acções marcadas por uma grande dose de humanismo, que conseguiu galvanizar a população, possibilitando os êxitos alcançados, e, conseqüentemente, mercê do seu valor, os seus nomes irão para sempre estar associados às melhores memórias da nossa história recente, honrando particularmente o partido em que militaram e conduziram à vitória.

Seria extremamente injusto não se citar o nome da actual líder social-

democrata, Dra. Manuela Ferreira Leite, componente da equipa governativa do segundo líder e primeiro-ministro atrás referido, possuidora de uma competência profissional e política fora do vulgar, que pouco tempo antes de ser eleita presidente do P.S.D. previu com uma exactidão incrível o estado crítico do momento actual, adoptando desde então uma atitude de grande seriedade e postura adequada ao cargo de dirigente de governo, contrastando saudavelmente com as atitudes de outros líderes políticos, procurando, ainda que infelizmente com a oposição dos receosos do regresso da verdade, honestidade e dedicação ao interesse público que a sua liderança trouxe de volta, como uma grande lufada de ar fresco à vida política portuguesa.

Perante a gravidade da situação, é de todo desejável para chefiar o governo uma pessoa experiente, com capacidade de previsão política, económica e coordenação dos actos de governo, sendo o referido perfil da actual líder perfeitamente enquadrável nestes parâmetros, mas é preciso ter em conta que quem chefiar o partido, independentemente da sua competência, torna-se indispensável a esse supremo responsável possuir quem o secunde na sua acção, e consequentemente o auxilie a colocar em prática os objectivos que definiu, sendo por isso contraproducente existir dentro da máquina partidária, quem sabote as acções empreendidas, prestando traiçoeiramente enormes serviços aos adversários políticos do seu próprio partido.

No momento presente, verdadeiramente decisivo, a lealdade constitui a maior dádiva, pelo que todos os militantes do Partido Social-democrata devem ter para com os seus companheiros e representantes companheirismo e espírito de colaboração, união e entreatajuda, não efectuando qualquer espécie de divisões internas, demonstrando com esse salutar exemplo ao povo português, uma diferença substancial em relação às restantes forças partidárias, provando dessa maneira serem merecedores da sua confiança para governar, podendo deste modo, por mais inovador que possa parecer, ir ao encontro da grande maioria dos desejos da maior parte da população portuguesa.

Para concluir estas considerações sobre o momento que enfrentamos e o caminho mais correcto a tomar, não resisto a lançar mão de uma expressão de um marcante político, para sublinhar a estratégia, na minha opinião a mais adequada para o P.S.D. bater o seu principal adversário e que se baseia numa frase do imperador Napoleão, quando afirmava que o seu exército, estacionado na região marginal do Canal da Mancha, era «uma pistola apontada à cabeça da Inglaterra». Ora, mutatis mutandis, para o P.S.D ser uma «pistola» apontada ao coração do Partido Socialista, que ao invés auto-apregoadado, é o maior - o máximo! - responsável pela actual situação do país, torna-se imperiosa, imprescindível e mesmo obrigatória, uma estreita união entre todos os nossos militantes em volta da nossa Presidente, abandonando as pequenas tricas de campanário e olhando o Bem de Portugal. - (*) Licenciado em História da Música, pelo Tudor College, UK; pós-Graduação e Especialização em Necessidades Educativas Especiais, pelo ISEC (Lisboa); militante nº 141580.

Cartas e Mensagens ao PSD

A necessidade e utilidade do “Cluster do Mar”

...quero apenas sugerir - pois se a memória me não falha ainda não vi este tema tratado ou anunciado no Fórum “Portugal de Verdade” - que seja abordado o “Cluster do Mar”.

Este tema tem sido, em meu entender, escassamente abordado. Sabendo-se que num futuro próximo (esperamos) sabermos as conclusões do estudo que tem sido feito sobre a plataforma continental, que poderá permitir a Portugal alargar muitíssimo o seu território, seria bom que houvesse ideias concretas sobre o que tentamos fazer a seguir. A seguir e (já agora) no curto prazo.

Construção naval, conversão de energia das ondas em energia eléctrica, pescas, exploração dos fundos marinhos quer na busca de petróleo/gás natural quer na pesquisa de outros minerais, instalação offshore de centrais eólicas, tecnologia para dessalinização da água do mar, turismo, arqueologia subaquática, portos, biotecnologia marítima etc. etc. são temas sobre os quais eu gostaria de saber o que o PSD tenciona fazer. (...)

- João Manuel Melo

Os agricultores, como sempre, maltratados e esburgados de direitos?



É a primeira vez que escrevo seja o que for para este endereço. No entanto, e porque muitas vezes as coisas no nosso país ocorrem sob um manto demasiadamente opaco para que tenham visibilidade, sinto ser meu dever espalhar a palavra.

Trabalho numa empresa de prestação de serviços ao sector agro-alimentar, tenho vinte anos de experiência ligados ao sector agrícola e estou em estreita ligação com diversos agricultores e suas associações de classe.

Recentemente, e no sentido de aproveitar os “dinheiros que sobraram do

anterior quadro comunitário de apoios (QCA)” o governo publicou, a 12 de Fevereiro, uma portaria (165-C/2009) que visava apoiar acções promotoras de eficiência energética no âmbito das explorações agrícolas”. Esta portaria articula com o programa Agro (anterior QCA). No entanto, embora tenha sido publicada a 12 de Fevereiro, só em meados de Março é que a mesma foi agilizada, tendo ficado a cargo do gestor do programa Agro.

Na qualidade de prestador de serviços, de imediato entendi ser minha obrigação divulgá-la ao maior número possível de agricultores, tendo promovido várias sessões de esclarecimento com algumas associações com as quais me relaciono há vários anos.

Era complicado cumprir com as exigências da portaria, já que a mesma exigia que até ao final do mês de Março as candidaturas fossem entregues nos serviços do IFAP (Min. da Agricultura), e que nas mesmas existisse já um contrato de fornecimento e instalação de todos os equipamentos. O tempo real para a tramitação dos processos era muito curto e tudo isto obrigou a que nos articulássemos com uma empresa fidedigna a operar no mercado das energias renováveis.

A nossa ideia inicial foi a de articular esta medida com a Portaria 323/2007, que prevê a microprodução de energia, através da inscrição no SRM no portal das “renovaveishora”. Assim fizemos: tudo deu muito trabalho mas conseguimos captar o interesse de alguns agricultores.

Já em finais de Março, fomos informados por um técnico dos serviços do

dade é que um agricultor poderia, com um investimento de cerca de €25.000 ser produtor de energia eléctrica, entrando no regime bonificado da microgeração, o que lhe permitiria instalar uma potência até 4,1Kwp, ficando por um período de cinco anos a receber a energia produzida a €0,65/Kw. Parece que isto causou mal-estar a alguém com poderes, que inviabilizou as nossas pretensões, dizendo que só seriam concedidos apoios a quem quisesse produzir e consumir a sua energia. No entanto, em termos práticos, isto iria obrigar a que o agricultor tivesse a capacidade de modular e armazenar a energia produzido ficando o investimento, para a mesma ordem de grandeza das energias produzidas, em cerca de €70.000, para mais e não para membros. Além disso, o objectivo final desta acção, a protecção ambiental através da redução dos consumos de energias fósseis, seria desvirtuado, já que se iria encher o espaço rural de baterias cujos efeitos poluentes são sobejamente conhecidos.

Não compreendemos que tipos de ajudas são estas, que não colocam os agricultores em pé de igualdade com os outros cidadãos nacionais, tratando-os, mais uma vez, como portugueses de segunda. Se existe uma forma de se produzir energia e injectá-la para a rede sem quaisquer custos e ainda com a possibilidade de obtenção de mais-valias, porque não permitir que os agricultores possam a esse sistema aderir? Será que o sector não está já demasiado enfraquecido? O facto de os agricultores poderem usufruir de vantagens reais, parece fazer confusão a alguém que, da sua cadeira em Lisboa, entende ser este sector demasiado rico.

Gostava de saber se o PSD o partido social democrata, com assento na AR, tome conhecimento do que está a par desta situação, e caso o pretendam, mostrar-me disponível para esclarecer quaisquer dúvidas que este assunto possa suscitar. É triste ver o país a ser gerido por gente que só atrapalha, quando na realidade deveriam ser os primeiros a facilitar a vida dos agricultores já tão estrangulados e sacrificados pela actual crise.

Não vos faço perder mais tempo, e peço desculpa por este meu desabafo, no entanto, penso ser importante que acontece às leis que de lá saem e como as mesmas são depois deturpadas pelo sistema. O papel do legislador fica, a meu ver, enfraquecido. Assim, podem estar certos que no final de todos os QCA haverá dinheiros a devolver à comunidade. A AR faz as leis para ajudar os agricultores e os burocratas tratam de as tornar inacessíveis, desfuncionais e, atrevo-me a dizer, descabidas.

Agradeço que se debrucem sobre este assunto, em tempo útil. Pela Portaria 331-C/2009, de 30 de Março, foi adiado o prazo de entrega das candidaturas ao PoAgro, medida 1.4, pelo que ainda há algum tempo para que os erros de interpretação da lei possam ser corrigidos e salvaguardada a posição dos agricultores candidatos a estas ajudas.

- João Paulo Pacheco, Engº Agrícola (UTAD1986)



Notícias de Braga

Eleitos pelo PSD questionam a câmara sobre o caso “Braval”

Tendo como pano de fundo o recente caso associado à Empresa Intermunicipal BRAVAL, as manifestações públicas de repúdio que a mesma mereceu de todos os quadrantes político-partidários e o objectivo de assumir uma postura preventiva face à eventual ocorrência de situações análogas, porventura em circunstâncias menos mediatizadas, os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” tornaram hoje pública a proposta que irão submeter à reunião do Executivo Municipal de 16 de Abril próximo.

Dentro do mesmo espírito, entendem tais Vereadores que sem prejuízo de iniciativas de auto-vinculação como as que constam de tal proposta, na defesa dos valores da ética, da responsabilidade, da legalidade e da confiança dos cidadãos nas instituições, devem os preceitos enunciados no teor desta proposta ser vertidos para a Lei geral, razão pela qual irão sugerir a assunção de iniciativas legislativas conformes às várias forças partidárias com assento parlamentar.

Dentro de tal espírito, está já pré-agendada uma reunião dos Vereadores da Coligação com o líder da bancada do PSD na Assembleia da Republica, Dr. Paulo Rangel, para o próximo dia 14 de Abril.

Reunião com Entidade Regional de Turismo reforça posição da Oposição: “Braga está a faltar à palavra” ao não aderir à ERT

No dia em que a maioria socialista da Câmara Municipal de Braga reprovou a proposta da Oposição para que o Município de Braga adira à Entidade Regional de Turismo Porto e Norte de Portugal, os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” reuniram-se com a Direcção desta Entidade Regional e constataram a falta de argumentos para que esta situação possa perdurar, ainda por cima em claro prejuízo dos interesses do Concelho e dos seus agentes económicos.

Em verdade, os Vereadores Ricardo Rio e Filomena Bordalo puderam regis-

tar a afirmação taxativa do Presidente desta Entidade Regional, Dr. Melchior Moreira, de que “nada há para negociar com Braga neste momento”. Mais, que “todas as questões pontuais que possam dizer respeito à relação entre a Autarquia e a Entidade Regional podem e devem ser conversadas apenas e só após a formalização da adesão de Braga, matéria à qual ainda não obtivemos nenhuma resposta formal”.

Neste âmbito, o líder dessa estrutura foi ainda mais longe, assegurando que “Braga está a faltar à palavra ao protelar a adesão”, uma vez consumada a condição imposta aquando da constituição da Entidade Regional de criação de uma linha de promoção estratégica para o Turismo Religioso, a sediar nesta cidade, e que não constava do Plano Estratégico original.

Sobre este aspecto, Melchior Moreira acabou por desabafar que “caso Braga não consume a sua adesão, poderemos ter que localizar essa Delegação em outro Concelho”, dando nota das ofertas recebidas de vários Concelhos limítrofes para a instalação dessa Delegação em “edifícios de grande dignidade” (ao contrário do que acontece com o espaço proposto pela Câmara Municipal de Braga nas antigas instalações da CP).

Em Guimarães, por exemplo, a Delegação da ERT ficará alojada nos antigos Paços do Concelho, sendo essa a imagem de marca das diferentes instalações na Região, incluindo a sede no Castelo da Barra em Viana do Castelo, até em linha com projectos de referência que a Entidade desenvolverá a breve trecho.

No decurso da reunião com os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga”, em que foram abordados diversos aspectos sobre a instalação e o futuro da Entidade Regional de Turismo, bem como sobre os principais projectos a implementar a curto prazo, ficou no ar a questão de perceber porque deveria a Entidade negociar com Braga o que não negociou com mais nenhum dos Municípios aderentes, como condição prévia à adesão.

Neste contexto, os Autarcas da Co-

ligação “Juntos por Braga” entendem que é tempo de, de uma vez por todas, o Presidente da Câmara Municipal de Braga tornar público o Caderno de Reivindicações a que condiciona a adesão deste Município à Entidade Regional de Turismo.

“Diga, de uma forma clara e inequívoca o que tem impedido Braga de consumir a adesão e o que pretende ver satisfeito para reparar tal erro tão breve quanto possível”, frisou o também Candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio.

“Se assim fizer”, assegurou, “talvez se perceba que esta conduta tem um e um só objectivo, uma e uma só preocupação”, ou seja, “a mesma que o incontornável Militante nº 2794 do Partido Socialista destacava na sua Moção “A Reforma no Turismo” recentemente submetida ao Congresso deste Partido: “(...) O Secretário de Estado do Turismo deste Governo,

com a pressa de apresentar trabalho, só atrapalhou e desbaratou o que estava, bem ou menos mal, mas a funcionar e, o mais grave, entregou, em bandeja dourada, ao PSD as presidências de dois Órgãos Regionais, Norte e Centro (...)”.

Retomando a tónica que fundamentou a submissão irreversível da proposta de adesão à reunião de ontem do Executivo Municipal, o líder da Coligação vincou que “basta de brincar com o desenvolvimento económico do Concelho”, “basta de prejudicar o sector do Turismo local”, “basta de birras e de jogos de poder de bastidores que em nada contribuem para o bem-estar dos Bracarenses!”.

“A cada dia que passa, o Município de Braga está a desperdiçar oportunidades de financiamento público e a penalizar os agentes económicos locais e o potencial de criação de riqueza do Concelho”, concluiu. - Do nosso Correspondente, Ricardo Rio

Notícias de Almada

Rastreios básicos de saúde gratuitos

O PSD de Almada proporcionou hoje aos Almadenses rastreios básicos de saúde gratuitos, com o objectivo de sensibilizar a população para a vertente “preventiva” da saúde, disse à Lusa Jorge Pedroso de Almeida, candidato à câmara municipal.

No âmbito do projecto “PSD Social”, esta acção visou sensibilizar as pessoas para que tenham a “devida atenção” aos cuidados básicos de saúde.

O candidato diz que é um projecto que terá “continuidade” se os eleitores assim o “entenderem”.

Durante a manhã, na praça do Movimento das Forças Armadas, no centro da cidade, cerca de 300 pessoas foram atendidas por um médico e quatro enfermeiras que, voluntariamente, rastrearam a tensão arterial e os níveis de açúcar no sangue.

Filipa Santiago, 77 anos, habitante de Almada, considera a iniciativa “importante e útil” sobretudo para os mais idosos que na maioria dos casos “não têm médico de família” e “sobrevivem” com reformas “miseráveis” e desta forma podem ter acesso a rastreios médicos de forma gratuita.

Ana Moura, coordenadora das Mulheres Sociais-Democratas (MSD), contou à Lusa que esta iniciativa já decorre há mais de um ano e que das oito freguesias já visitadas foi na Costa de Caparica que ficou com a “plena certeza” de que estas acções “valem a pena” porque “salvámos” um munícipe de ter um acidente vascular cerebral.

Acrescentando ainda que sente que as pessoas sobretudo os idosos, se sentem “acarinados”, podem “partilhar” as suas preocupações e assim ficam mais “próximos” dos políticos, tornando a política “útil”.

Para Nuno Matias, presidente da concelhia de Almada, os partidos “podem e devem” proporcionar este serviço às populações, até porque do ponto de vista financeiro é “perfeitamente residual” e “suportável”.

“Esta é a forma mais positiva de fazer política e servir a população, temos pena que estas questões sociais tenham sido negligenciadas durante tanto tempo”, considerou o responsável.

Jorge Pedroso de Almeida adiantou à Lusa que os “focos de pobreza e de exclusão” que existem no concelho de Almada obrigam a que se tomem medidas “importantes” de inserção em algumas faixas da população. - Fontes: Lusa, PSD/Almada



Ambiente: Marco Almeida apela ao civismo

Depois de instalados os novos equipamentos de dejectos caninos, dispensadores e totens informativos em 60 locais diferentes das freguesias de Algueirão Mem-Martins, Agualva e Cacém, realizou-se nos dias 4 e 5 de Abril uma acção de sensibilização em que foi distribuído material gráfico e pequenos brindes, e que contou com a presença do Vice-Presidente da Câmara de Sintra, Marco Almeida.

Em colaboração com a HPEM e SUMA, a autarquia realizou uma acção de sensibilização, com distribuição de material gráfico pelos residentes nas freguesias de Agualva, Cacém e Algueirão e oferta de pequenos brindes aos donos de cães.

“Se você não protestar, pode ser o próximo a pisar” é o mote para este segundo momento de sensibilização ambiental, com distribuição de material gráfico que apela ao civismo e dá conselhos sobre a saúde e bem-estar dos cães (pensado para quem tem e para quem não tem cães) e distribuição de brindes (uma mochila em miniatura para levar o saco para os dejectos do cão e que pode ser colocado no cinto do dono ou na coleira do cão).

O Vice-Presidente, Marco Almeida, marcou presença no dia 4 de Abril pelas 11H00, nas imediações das Galerias Buttler, com o Presidente da Junta de Freguesia de Algueirão Mem-Martins e no dia 5 de Abril pelas 11H00, no Parque Urbano da Bela Vista, Urbanização da Anta e Av^a dos Bons Amigos.

Nos dias 6 e 7 de Abril, a técnica de sensibilização ambiental da SUMA, visitou várias clínicas veterinárias destas freguesias

4 de Abril, das 10H30 às 12H30 – Algueirão, pelo Agrupamento 752 de Algueirão Mem-Martins, cujos jovens escuteiros se concentraram na zona das Galerias Butler (Rua de Moçambique), no Bairro de S. Carlos (frente ao Mercado) e no Bairro de Ouressa (frente às piscinas e no Parque de Ouressa, junto à Rua José Afonso);

4 de Abril, das 15H00 às 17H00 – Cacém, pelo Agrupamento 704 de Mira-Sintra, cujos jovens escuteiros se concentraram no Parque Linear e imediações do



espaço verde paralelo à Av^a Elias Garcia.

5 de Abril, das 10H00 às 12H00 – Agualva, pelo Agrupamento 46 de Agualva-Cacém, cujos jovens escuteiros se concentraram no Parque Urbano da Bela Vista, Urbanização da Anta e Av^a dos Bons Amigos.

Nos dias 6 e 7 de Abril, a técnica de sensibilização ambiental da SUMA, visitou várias clínicas veterinárias destas freguesias

Mais de 2.300 alunos no projecto “Sinergias”

Reduzir o consumo de energia, adoptando comportamentos mais amigos do ambiente, compreender e valorizar as energias alternativas são os princípios do projecto “Sinergias”, destinado a alunos do 4º ano do ensino básico. Devido aos

resultados encorajadores este projecto da autarquia encontra-se já na terceira edição.

Lançado no ano lectivo de 2006/2007, pretende-se educar para alcançar um modelo de sociedade baseada nos princípios da sustentabilidade, desenvolvendo uma ética ambiental que promova a protecção do meio e que leve os alunos a compreender e a valorizar as energias alternativas e a criar uma maturidade ecológica.

Nos dois anos lectivos passados, este projecto abrangeu um total de 2.500 alunos. Nesta terceira edição, que ainda se encontra a meio, o projecto conta já com 2.323 alunos de 101 turmas de 37 escolas do concelho.

O projecto desenvolve-se em dois momentos, um teórico, de Novembro a Fevereiro, e outro experimental, de Março e Maio.

Alguns dos temas abordados são “O que são as alterações climáticas?”, “As origens dos Gases com Efeito de Estufa”, “Redução e adaptação” e “Mudanças individuais e colectivas” (com exemplificação de rotinas simples para racionalização do consumo e para as medidas para promoção da eficiência energética na escola ou em casa).

Esta edição foi centrada sobre a problemática das alterações climáticas e da importância das energias renováveis. Passou também a existir auditorias energéticas realizadas por professores e alunos, o que permite diagnosticar, verificar a conformidade com a legislação e com as normas (internas e externas) e avaliar o desempenho energético da escola.

Em função das várias situações diagnosticadas, é possível desenhar um plano para reduzir os custos financeiros do consumo excessivo de energia, reduzir os impactos ambientais provocados

por este consumo e educar funcionários, professores e, principalmente, os alunos para uma melhoria futura.

Nesta fase, das 37 escolas participantes, 33 já realizaram a auditoria energética e já definiram planos de acção e seguir como:

- reduzir os consumos de água e energia, redobrando a atenção no fecho das luzes sempre que abandonadas as salas e no fecho das torneiras
- promover a recolha dos óleos alimentares usados
- promover as deslocações pedestres
- promover a reciclagem
- sensibilizar as instituições (CMS e Educa) para as situações diagnosticadas

Traga a família e venha pedalar em Sintra

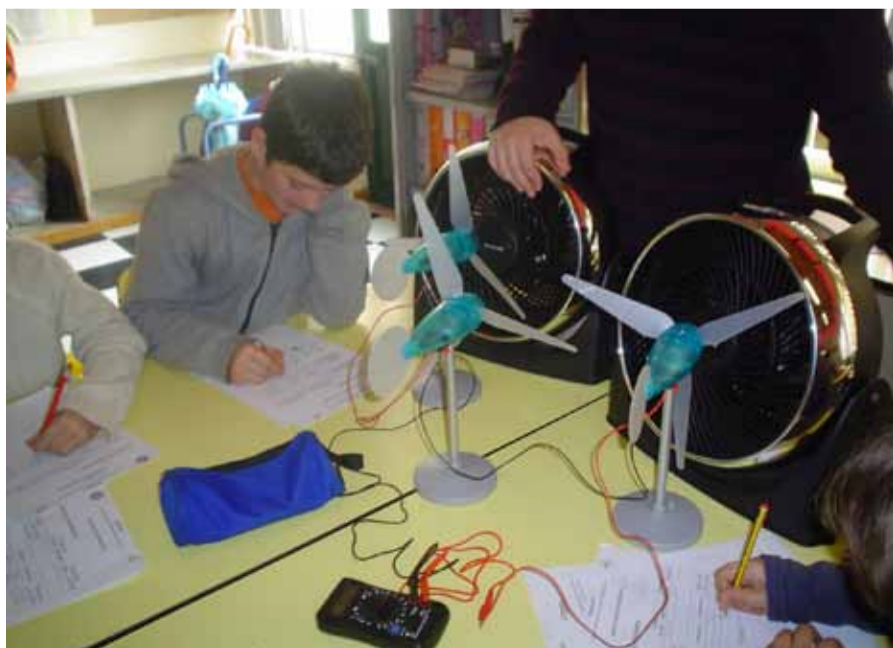
A Câmara Municipal de Sintra organizou dois passeios de bicicleta, gratuitos, integrados no Projecto “Sintra, um Concelho para pedalar”, no dia 5, pelas 10h00, na Portela de Sintra.

As participações nos passeios eram gratuitas e abertas a todos os munícipes com idade superior a 10 anos. A inscrição no passeio foi efectuada no local de concentração, na Portela de Sintra, junto ao edifício do Departamento de Urbanismo e no Parque Felício Loureiro, em Queluz.

Os passeios tiveram início às 10h00, eram de grau fácil e com uma duração de 1h30m.

Através da realização destas iniciativas, a autarquia pretende incentivar a prática de exercício físico em família, bem como a utilização da bicicleta como veículo de locomoção e lazer.

Para além do enquadramento do passeio, os técnicos da Câmara Municipal





de Sintra deram aconselhamentos sobre a utilização da bicicleta.

Rastreo gratuito ao Câncer da Mama

A população de Sintra teve oportunidade de fazer, gratuitamente, rastreios ao cancro da mama, colesterol, glicemia, medição da pressão arterial ou do índice de massa corporal durante a Feira da Saúde 2009, que se realizou dias 3 e 4 de Abril, entre as 10H00 e as 17H00 na zona pedonal da Estefânea e no Ginásio do Sintrense (Av^a Heliodoro Salgado), em Sintra.

No mês em que se comemorou o Dia Mundial da Saúde, a autarquia ciente da importância da vigilância e do diagnóstico precoce das doenças, organizou mais uma Feira da Saúde que permitiu à população verificar o seu estado de saúde.

Além dos rastreios já referidos, foi possível também medir o nível do perímetro abdominal, fazer teste à qualidade pulmonar e rastreios visuais e auditivos.

No ringue adjacente ao Ginásio, realizaram-se aulas de ginástica, dança, kung fu, pilates, fitness, jogos tradicionais.

Centro Histórico “mais Limpo”

Coincidindo com duas datas simbólicas, Dia Nacional dos Centros Históricos e Dia Mundial da Juventude, a autarquia promoveu uma acção de sensibilização ambiental no âmbito do Projecto “Sintra Mais Limpa”, nos dias 28 e 29 de Março, no centro histórico.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Marco Almeida, esteve presente no lançamento no Sábado, dia 29, pelas 10h30. Esta acção realizou-se nos dias 28 e 29, das 10h30 às 12h30 e das 15h00 às 17h00.

Com o mote “Se todos dermos o nosso contributo, a aposta numa Sintra Mais Limpa será uma aposta ganha!”, esta iniciativa, chamou a atenção para a necessidade de limpeza e preservação do espaço público.

Os jovens Escoteiros do Agrupamento 932 de Colares colaboraram nesta acção cívica, através da distribuição de material gráfico e pequenos cinzeiros portáteis que, ergonómicos e com um design apelativo, incluem a funcionalidade de um isqueiro.

Projecto conjunto da autarquia, e da Associação Bandeira Azul da Europa e com o apoio da empresa Tabaqueira, o Projecto Sintra Mais Limpa foi lançado em Julho passado nas praias com Bandeira Azul, com a distribuição de eco-cinzeiros portáteis para que os fumadores “apagassem os cigarros sem deixar marcas”.

Na segunda fase do projecto foram instalados cinzeiros para uso colectivo junto a edifícios camarários e de outros que acolham serviços públicos, como as Conservatórias do Registo Civil e Comercial, o Centro de Saúde ou a Repartição de Finanças e no centro histórico da Vila de Sintra.

A campanha a que agora se dá continuidade é, a par de outros projectos na área da sensibilização ambiental que a autarquia vem promovendo, uma aposta para uma Sintra mais limpa e ambientalmente mais saudável. - CM/Sintra

Notícias do Algarve

“Infelizes” e “Machistas” declarações do Presidente (Socialista) da Câmara de Lagos

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve classificou na semana passada, de “infelizes”, as declarações feitas pelo presidente socialista da Câmara de Lagos, a propósito de uma viagem que fez aos Açores com uma comitiva que incluía a sua esposa.

Em causa está uma viagem de um grupo de oito pessoas à Ribeira Grande, Açores, em Julho de 2008, escolhidas pelo presidente, Júlio Barroso, que custou mais de oito mil euros à autarquia.

O facto de a esposa figurar na comitiva causou alguma polémica e levou Júlio Barroso a defender-se no jornal “Correio da Manhã”, com declarações que o PSD/Algarve considera “machistas” e “inaceitáveis”.

“Retribuímos a presença de uma comitiva da Ribeira Grande em Lagos e fazia todo o sentido estar acompanhado da minha esposa. No entanto, dado o incómodo da oposição, na próxima ocasião terei todo o gosto em convidar um elemento do PSD para se vestir de dama do século XV e fazer de costureira e engomadeira, tarefas desempenhadas pela minha mulher”, disse o presidente àquele jornal.

Segundo o PSD/Algarve, as declarações são “infelizes” e denotam “uma concepção machista da sociedade”, além do “nepotismo” com que gere a actividade do município e do “sentimento de impunidade” com que infringe a lei nos “gastos desnecessários do dinheiro dos contribuintes”.

A viagem do grupo terá custado aos cofres da autarquia cerca de oito mil euros, onde se incluíram despesas com refeições e bebidas realizadas por toda a ilha de São Miguel, e não apenas no local objecto da visita, diz o PSD em comunicado.

Segundo os social-democratas, o presidente da Câmara de Lagos deve “pedidos de desculpa” a todas as mulheres, pela manifestação pública que fez de um “estereótipo medieval” e a que “nem escapou a desconsideração pública à própria esposa”.

Deve, também, dizem, um pedido de desculpa aos vereadores do PSD, pela “descortesia” e “falta de educação”, ao sugerir que um deles se travestisse de mulher numa próxima viagem similar da Câmara Municipal de Lagos, para ser convidado.

“Júlio Barroso deve rever urgentemente o seu conceito protocolar da representação do Município de Lagos”, conclui o PSD/Algarve, acrescentando que a figura da “esposa do presidente da Câmara” não está consagrada em nenhum preceito legal, nem no estatuto



do eleito local.

“Ao contrário do que afirma, o que ‘não faz sentido’ é que seja o dinheiro dos contribuintes a suportar as despesas com esse conceito alargado de representação”, remata o PSD, sublinhando que a legalidade lhe impõe que devolva aos cofres do município a parte indevida das despesas que este custeou.

Sobre problema grave de saúde, uma pergunta de Mendes Bota ao Governo

Sendo conhecida a escassez de médicos na Região do Algarve, e tendo sido propagandeado pelo Ministério da Saúde que está na disposição de contratar os serviços de médicos aposentados, para suprir as carências de assistência à população, não se compreende a atitude da Administração Regional de Saúde do Algarve, ao ignorar durante quase seis meses a oferta dos serviços de um Médico Cirurgião de Portimão, a título gratuito.

De facto, o Dr. José da Conceição Dias dos Santos, Chefe de Serviço aposentado do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, em cartas dirigidas àquele organismo do Ministério da Saúde no Algarve, em 9 de Outubro de 2008 e em 9 de Janeiro de 2009, disponibilizou-se a prestar os seus serviços nas áreas de Cirurgia Geral, durante quatro horas semanais, às quartas-feiras de manhã, alternadamente, nos Pólos da Mexilhoeira Grande e de Alvor, do Centro de Saúde de Portimão.

O referido médico propôs-se exercer esta actividade debaixo das instruções, ordens e hierarquia do dirigente dos referidos Pólos, não exigindo qualquer compensação em troca, nem sequer o

seguro de actividade, tendo solicitado ao Presidente da Administração Regional de Saúde do Algarve uma reunião para melhor expor esta disponibilidade.

Esperou cinco meses, para receber uma resposta às cartas enviadas, e não lhe foi concedida a reunião solicitada ao Presidente da Administração Regional de Saúde do Algarve, o que, além de descortesia, revela uma grande insensibilidade perante as necessidades de assistência médica à população em geral, e de Portimão em particular, conhecidas que são as dificuldades com que o sector da Saúde pública se debate.

A resposta, transcrevendo um parecer recentíssimo da Directora do Centro de Saúde de Portimão, baseada num desconhecimento real da proposta do Dr. José Dias, acaba por pretender justificar que “as consultas de Cirurgia Geral nas extensões, não seriam uma mais-valia para a população”, antes querendo remeter o médico para a realização de pequenas cirurgias no Centro de Saúde de Portimão.

De facto, não entendeu, ou não se quis entender a ordenação dos serviços gratuitos propostos pelo Dr. José Dias, a saber:

a) Consulta uma vez por semana, alternadamente nas freguesias da Mexilhoeira Grande e do Alvor, se possível à Quarta-Feira, caso não o sendo, numa manhã em que os Médicos do respectivo Centro não estivessem de serviço, por exemplo por terem prestado o seu horário no SAP ou noutra situação qualquer.

b) Consultado o doente, qualquer que fosse a patologia, este seria pelo Dr. José Dias encaminhado ou operado gratuitamente onde a ARSA bem determinasse.

c) O Pós-operatório dos doentes intervencionados ficaria sobre a responsabilidade deste médico-cirurgião.

Perde-se, assim, uma oportunidade de ouro de ajudar a reduzir a lista de espera em Cirurgia Geral do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, e de servir melhor a população de Portimão, ainda por cima, de forma gratuita.

Nestas circunstâncias, e ao abrigo do acervo de disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Ministério da Saúde resposta às seguintes perguntas:

-Que razões de ordem técnica ou outras, justificam que perante uma oferta qualificada de serviços de saúde a título gratuito, a mesma tenha sido completamente ignorada, durante quase seis meses, pela Administração Regional de Saúde do Algarve?

-Pensa o Ministério da Saúde corrigir esta actuação que conduz ao desaproveitamento dessa oferta qualificada de serviços de saúde a título gratuito? Quando? - 3 de Abril de 2009.

Presidente da CPD acusa Governo de prejudicar o Metro do Porto

O presidente da distrital do PSD/Porto, Marco António Costa, acusou o Governo de prejudicar o Metro do Porto e manifestou “revolta” pelas dificuldades financeiras que a política do executivo está a causar à empresa.

“As dificuldades financeiras que a Metro do Porto enfrenta e que quarta-feira foram tornadas públicas pelo Conselho de Administração vêm confirmar que também nos apoios, subsídios e convenções o Governo de José Sócrates actua com dois pesos e duas medidas”, afirmou o dirigente social-democrata, num comunicado enviado à Lusa.

Na perspectiva de Marco António Costa, o Governo é “generoso” com a região de Lisboa e Vale do Tejo e tem “mão fechada” com o Porto e a região Norte.

“No caso da Metro do Porto, empresa que revolucionou a mobilidade no Grande Porto e presta um serviço de elevada qualidade, o Governo atribuiu-lhe percentagens muito pequenas, e insuficientes para os investimentos em curso, em relação às que entrega ao Metro de Lisboa”, acrescenta.

A posição do presidente do PSD/Porto surge um dia depois da aprovação do Relatório e Contas de 2008 da Metro do Porto, onde se regista um agravamento da situação financeira da empresa, atribuído à insuficiência da comparticipação estatal.

Para Marco António Costa, este não é, no entanto, um problema exclusivo da Metro do Porto, estende-se também à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP), que recebe “um subsídio de exploração que é um terço daquele que (o Governo) entrega à Carris de Lisboa”.

“Em matéria de transportes, a prática deste Governo é absolutamente deplorável”, acusa o presidente do PSD/Porto, recordando as “insuficiências e duvidosa exequibilidade” da recente Lei da Autoridade Metropolitana de Transportes.

Perante o quadro que traçou, Marco António Costa afirma que a Comissão Política Distrital do PSD/Porto “não pode calar a sua revolta e deixar de denunciar e condenar com veemência mais esta prova de centralismo cego de que



Governo dá provas”, numa referência à situação financeira em que se encontra a Metro do Porto.

Nesse sentido, assegura que desenvolverá todos os esforços “para que a prática centralista deste governo socialista seja condenada no local próprio, pelo voto dos portugueses”.

Marco António Costa frisa ainda que não deixará de lutar “para que os portuenses e os nortenhos deixem de ser prejudicados na distribuição de apoios públicos, que deve ser justa, equilibrada e proporcional”. - Fonte: Lusa

Encontro Porto-Vigo na comunicação social

Rui Rio e Abel Caballero discutem assuntos transfronteiriços, focando especialmente o trajecto do TGV

O encontro de quinta-feira da semana passada, entre os autarcas de Porto e Vigo - Rui Rio e Abel Caballero, respectivamente - encontrou forte eco nos órgãos de Comunicação Social da Galiza, o que, aliás, tem sido habitual neste tipo de reuniões de âmbito ibérico.

O principal enfoque da generalidade das notícias publicadas hoje nos principais jornais galegos vai para a ligação ferroviária de alta velocidade entre as duas maiores cidades da euro-região do Noroeste Peninsular, como acontece com

o “Faro de Vigo”, “Galicia-Hoxe”, “El Correo Gallego”, “Atlántico Diário” e “La Voz de Galicia”. Este diário destaca, em título, o facto de o Presidente da Câmara Municipal do Porto e da Junta Metropolitana ter qualificado de “inadmissível” a possibilidade da futura linha de TGV Porto-Vigo não passar pelo Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

O papel desta infra-estrutura aeroportuária é, aliás, transversal em todas aquelas publicações, bem como a sua complementaridade e articulação com os três aeroportos actualmente existentes na Galiza, um tema igualmente presente na edição do “El Ideal Gallego Digital”.

Os restantes pontos que constaram da agenda da reunião entre Rui Rio e Abel Caballero mereceram também referência, nomeadamente o intercâmbio no sector do turismo e do saber, com destaque para a aproximação entre as universidades de ambas as cidades no que se refere, em concreto, às ciências do mar.

Todos estes temas, bem como a apresentação da edição deste ano do Circuito da Boavista, que decorrerá nos dois primeiros fins-de-semana de Julho, mereceram, igualmente, referência, na generalidade dos média galegos, incluindo o site oficial do respectivo órgão concelhio.

O “JN”, como habitualmente, ignora em absoluto...

Em contraponto a este cenário caracterizado pelo facto de a imprensa galega dar muito maior destaque ao relacionamento entre a região Norte de Portugal e a Galiza, o “Jornal de Notícias” ignora por completo a deslocação de Rui Rio a Vigo.

Esta opção editorial contrasta com o que sucede, por exemplo, com o “Público”, que, na sua secção Local Porto, insere hoje duas notícias, uma citando o autarca portuense sobre a necessidade de a linha de TGV escalar o Aeroporto Sá Carneiro, e outra dando conta da união das duas cidades em torno da questão relacionada com as ciências do mar.

Boletim Municipal disponível no site da CMP

O Boletim Municipal, editado em papel, semanalmente, desde 1936, por autorização da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, é, a partir de hoje, disponibilizado via Internet. O Boletim Municipal Electrónico estará assim disponível no site da CMP.

Até hoje vinham sendo publicados cinquenta e dois boletins por ano, às sextas-feiras, com uma tiragem (actual) de cem exemplares. Esta publicação contém as actas do Executivo, deliberações da Assembleia Municipal, ordens de serviço, despachos, requerimentos, editais, ofícios, avisos e anúncios. Ou seja, informação útil tanto para os diversos colaboradores da autarquia, como para os munícipes.

Apesar disso, constatou-se que a sua consulta e utilização era diminuta. Por isso, foi criado o Boletim Municipal Electrónico, propiciando aos interessados uma consulta fácil e ágil, via Internet, através do site institucional da CMP, podendo, a partir de hoje, pesquisar, consultar e imprimir qualquer documento, gratuitamente.

Para o cidadão que pretenda a edição em papel, poderá solicitá-la no Gabinete do Município do Município do Porto.

CMP coordena projecto a nível nacional

Mediante proposta da Câmara Municipal do Porto, o projecto de criação de um boletim electrónico foi incluído no Simplex-Autárquico, e assim, disseminado a todas as câmaras participantes. A CMP coordena a implementação desta medida, a nível nacional, cujo prazo de implementação terminará em Junho de 2009.

Este é um projecto co-financiado no âmbito da candidatura da CMP ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) [Por Norte / Eixo Prioritário V / Governação e Capacitação institucional / Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)]. - CM/Porto



Simão Mendonça à frente da JSD de Ponta Delgada

Simão Mendonça foi eleito, com 97,8% dos votos, presidente da comissão política concelhia da JSD de Ponta Delgada, cargo no qual será acompanhado por três vice-presidentes, no caso Miguel Mendonça, Raquel Sousa e Bruno Mota.

O jovem social-democrata prometeu “muito trabalho junto dos jovens de todas as freguesias do concelho, fazendo com que os seus anseios e as suas preocupações, sejam devidamente ouvidos e minorados”, tendo também destacado “a prática do desporto e a fomentação de hábitos de vida saudáveis como uma aposta clara da JSD de Ponta Delgada”, explicou.

Prioridade assumida dos jovens laranja é também “ajudar Berta Cabral a ganhar as próximas eleições autárquicas”, considerando a nova concelhia que “o actual elenco camarário tem desempenhado um excelente papel no tocante às questões da juventude”, elogiou.

“O constante apoio às associações de juventude do concelho e medidas criadas por Berta Cabral, como a abertura de um gabinete de apoio ao programa porta 65 ou a criação de infra-estruturas em todas as freguesias do concelho para apoiar a juventude e fomentar a prática do desporto, têm sido fulcrais para o bem estar da juventude em Ponta Delgada”, disse Simão Mendonça.



Parte constante dos novos órgãos da JSD/Ponta Delgada são também Duarte Melo e Castro, Diogo Carvalho,

Ana Cavadas, Fábio Arruda, Cristina Martins, Vera Sousa e Rui Ponte. A mesa da assembleia concelhia fica pre-

sidida por Francisco Ledo, num órgão que integra ainda Carla Cabral, Tiago Andrade, Maria João Cabral e Cristóvão Mendonça.

Terceira quer mais carga para estudantes nos aviões

A JSD da ilha Terceira apresentou à TAP e à SATA uma proposta “visando o aumento de peso na carga aérea permitida para os estudantes açorianos deslocados”, refere uma nota emitida hoje pela estrutura liderada por Luís Carneiro que pretende, desta forma “ver aumentada, de vinte para trinta quilos, o limite a transportar por pessoa, no caso dos estudantes que têm de viajar para o continente ou os que estudam numa ilha que não é a sua”, explicam.

“Ao nível dos voos para o continente não pedimos mais do que a equiparação das condições que têm os passageiros da classe executiva, enquanto inter-ilhas seria um acréscimo de dez quilos face à actual vigência”, explicou o responsável por aquela estrutura jovem na Terceira, referindo o teor da mensagem entregue às administrações de ambas as transportadoras aéreas, sendo que “esperamos a maior abertura das duas empresas face ao pedido, que acredito seria uma valia muito útil para os nossos estudantes”, afirmou.

Segundo os jovens laranja, “e uma vez que grande parte do universitários açorianos se desloca para o continente ou para outra ilha”, é perfeitamente “viável” que possam ter “melhores condições de transporte face às suas necessidades entre cada interrupção lectiva, nas quais têm de levar roupa, livros e muitas vezes comida preparada pelas família o que, com um limite de vinte quilos de carga, se torna extremamente difícil”.

Para Luís Carneiro essas facilidades “deviam ser levadas em linha de conta, uma vez que é extremamente difícil, face às muitas semanas que passam sem vir a casa, que os nossos estudantes deslocados consigam fazer face ao limite de carga imposto”. A proposta da JSD aguarda agora “alguma resposta de ambas as companhias, mas tendo nós a ideia presente de que este foi já um importante alerta para um problema que é real e que afecta centenas de jovens açorianos, ano após ano”, concluiu. - JSD/A





Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



ALCABIDECHE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo da Alcabideche, para reunir no próximo dia 08 de Maio de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede do PSD de Cascais, sita no Largo da Estação, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD em Cascais.

As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

ALJEZUR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aljezur, para reunir no próximo dia 26 de Abril de 2009, (domingo) pelas 18h00 na sede, sita na Rua D. Francisco Gomes de Avelar, nº 12-A Igreja Nova, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação política

2 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Arouca para reunir, no próximo dia 17 de Abril de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede da Comissão Política Concelhia de Arouca, sita na Rua António Almeida Brandão, nº 4, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único – Estratégia Autárquica.

BENEDITA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Benedita, para reunir no próximo dia 17 de Abril de 2009, (sexta-feira) pelas 20h30 na sede do Núcleo, sita na Rua da Serradinha, 1ºDtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Análise da situação política

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Cartaxo, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 16 de Abril de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Eleições Autárquicas 2009

CRESTUMA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Crestuma – Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 22 de Abril de 2009, (quinta-feira) pelas 21h30 no salão Nobre da Junta de Freguesia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Discussão política partidária

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Felgueiras, para reunir, no dia Próximo dia 18 de Abril de 2009, (Sábado) pelas 15h00, no Hotel Horus, sito na Av. Principal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Discussão e aprovação de contas de 2008

2 - Discussão e aprovação do Plano e Orçamento de 2009

3 – Discussão e aprovação do perfil do candidato à Câmara Municipal de Felgueiras nas próximas eleições autárquicas

4 - Análise da situação política;

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Nazaré, para reunir no próximo dia 24 de Abril de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Sub-Vila, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação política

RIO DE MOINHOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio de Moinhos, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2009, (sábado) pelas 15h00 na sala de sessões da Junta de Freguesia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação política no contexto dos próximos actos eleitorais

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Seia, para reunir no próximo dia 17 de Abril de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Av. 1º de Maio, Lote 2 – 2º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação política

2 – Análise e discussão dos 3 actos eleitorais 2009

3 – Outros assuntos de interesse geral do partido

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Abril de 2009, (sexta-feira) 21h00, na sede, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 440, R/C Dto., em Vagos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise, discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas relativo ao período de 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2008

2 - Discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento de 2009

3 - Análise da situação política

4 - Outros assuntos de interesse para o partido.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 17 de Abril de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 no Hotel Viana Sol, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação político – partidária e eleições Autárquicas 2009



LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco plenário de secção da JSD de Lousada para o dia 15 de Maio

de 2009, pelas 20h00 a realizar na Sede Concelhia do PSD/Lousada, sita na Travessa São Sebastião, n.º 121, Lousada, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Lousada;

Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Lousada.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até ao 3.º dia anterior ao acto eleitoral na Sede Distrital do PSD/Porto, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 20h00 às 24 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto
(André Cardoso)

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Eleitoral da Secção da Nazaré, para o dia 8 de Maio de 2009, pelas 20h00, na Sede Concelhia da JSD, na Nazaré, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 – As urnas estarão abertas das 20h30 às 21h30.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(João Pedro Ferreira)

SECÇÃO H

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco Plenário ordinário de militantes da JSD Secção H, a realizar no próximo dia 8 de Maio de 2009, pelas 21 horas, na Sede da Secção, sita na Rua Manuel dos Santos, Lote 21, sub-cave, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Autárquica.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(Maria Mendes de Almeida)

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Ocidental do Porto da JSD, para reunir no dia 9 de Maio de 2009, pelas 18h30 na sede



da JSD (SOP), na Rua Pinheiro Manso 305, no Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da JSD (SOP), ao Presidente da Mesa do Núcleo Ocidental do Porto, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir.

2 - As candidaturas serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e lista de subscritores.

3 – As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00.

O Presidente da Mesa do Núcleo Ocidental do Porto da JSD
(Tiago Lacerda)